A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

O debate na esquerda – 1960-1980

João Pedro Stedile (org.)

Douglas Estevam (assistente de pesquisa)

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

O debate na esquerda – 1960-1980

2ª edição

**EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR**

São Paulo – 2012

1. A AGRICULTURA BRASILEIRA: CAPITALISMO E MITO DO FEUDALISMO – 1964[1]

ANDRE GUNDER FRANK

A. O mito do feudalismo

Todo o mundo concorda em que a agricultura está em crise. E a crise da agricultura é a crise da América Latina e do Brasil. Mas, quais são suas causas, sua natureza e sua solução? Segundo o critério burguês ocidental, a agricultura latino-americana é feudal. E é esta estrutura feudal que impede seu desenvolvimento econômico. Em consequência, a solução proposta, seguindo o exemplo ocidental, consiste em destruir o feudalismo e pôr em seu lugar o capitalismo. É curioso que esta explicação "feudalista" esteja muito difundida, mesmo entre os marxistas, que afirmam que o feudalismo persiste ainda em grandes setores da agricultura, embora reconheçam que esses setores estão sendo progressivamente invadidos pelo capitalis-

1 FRANK, Andre Gunder. *O capitalismo e o subdesenvolvimento na América Latina*. 8ª edição, México, 1985. Tradução: Ana Corbisier. A primeira parte deste artigo foi publicada na *Revista Brasiliense*, na edição 51 de janeiro/fevereiro de 1964.

mo. E esses marxistas propõem, essencialmente, a mesma solução que seus adversários burgueses: acelerar e completar a capitalização da agricultura.

Este ensaio sugere que as causas e a explicação da crise agrícola não devem ser buscadas no feudalismo e, sim, no próprio capitalismo. A economia do Brasil, inclusive a agricultura, é parte do sistema capitalista. A evolução deste sistema produz desenvolvimento e subdesenvolvimento ao mesmo tempo e explica a terrível realidade que vive a agricultura no Brasil e em outros países.

1. A tese burguesa

Na literatura ocidental, tanto popular quanto científica, é comum a afirmação de que a América Latina iniciou sua história posterior ao descobrimento com instituições feudais e que ainda as conserva, mais de quatro séculos depois. Essa tese é tão difundida entre os escritores politicamente conservadores que não tenho necessidade de citá-los aqui. Mas, a mesma interpretação dos fatos, embora não da solução, encontra-se em um autor tão perspicaz como Carlos Fuentes, do México.[2]

> Fomos fundados como apêndice da decadente ordem feudal da Idade Média; herdamos suas estruturas obsoletas, absorvemos seus vícios, convertendo-os em instituições, nesta periferia da revolução do mundo moderno. Se vocês (os estadunidenses) procedem da Reforma, nós procedemos da Contrarreforma;

[2] Com as citações de diversos autores, a seguir, não quero insinuar que eles compartilham totalmente a tese feudalista. Na realidade, cito escritores marxistas que estão entre os menos inclinados a aceitá-las em seu conjunto. Mas minhas conversas com vários deles levam-me a crer que a aceitação de uma parte da tese leva-os a estar inconscientemente de acordo com outras partes. Porque "feudal" e "capitalista" não são meras palavras convenientes, e sim nomes dados a conceitos cujas implicações, muitas vezes não intencionalmente, afetam a percepção da realidade que está além do contexto imediato em que tais palavras são utilizadas.

escravidão do trabalho, do dogmatismo religioso, dos latifúndios (...) negação de direitos políticos, econômicos e culturais para as massas; fronteiras fechadas para as ideias modernas. Em vez de criar nossa própria riqueza, nós a exportamos para as metrópoles espanhola e portuguesa. Quando obtivemos a independência política, não obtivemos a econômica, porque a estrutura não mudou.

Vocês devem compreender que o drama da América Latina nasce da persistência dessas estruturas feudais ao longo de quatro séculos de miséria e estagnação (...) As fórmulas do capitalismo de livre empresa já tiveram sua oportunidade histórica na América Latina e não foram capazes de abolir o feudalismo (...)

A América Latina é isto: um castelo feudal em ruínas, com uma fachada capitalista de papelão. O panorama do fracasso histórico do capitalismo na América Latina significa: dependência contínua da monocultura (...) sistema latifundiário contínuo (...) subdesenvolvimento contínuo (...) estagnação política contínua (...) injustiça geral contínua (...) dependência contínua do capital estrangeiro (...)

O feudalismo agrário é a base da riqueza e da dominação política das classes governantes da América Central, do Chile, Peru, Argentina, Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador (...) (Fuentes, 1963, p. 10-14).

Até a Segunda Declaração de Havana, proclamada em 1962, e que é sem dúvida o mais incisivo e importante documento contemporâneo sobre a realidade econômica e política da América Latina, a agricultura do continente foi chamada de "feudal".

Quando não é toda a América Latina que se qualifica como "feudal", é sua agricultura ou seu interior, ou grande parte dessas regiões. Isso é o que muitos observadores expressam ou insinuam quando afirmam que 1,5% dos proprietários dispõem de 50% da terra, onde ainda predominam diversas formas de servidão. E essa era minha própria opinião, até pouco tempo, como expus em um

artigo publicado na *Monthly Review,* (Frank, 1963a). O ex-ministro do planejamento do Brasil, Celso Furtado, diz: "A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista e vinculada ao mercado interno, é responsável, em grande parte, pela permanente tendência ao desequilíbrio que se observa neste país" (Citado por Paixão, 1959, p. 32n).

Esta interpretação feudal da sociedade brasileira está relacionada à tese, ainda mais difundida e errônea, da "sociedade dualista". Uma exposição deste conceito, que obteve ampla aceitação, é de Jacques Lambert, em seu livro *Os dois Brasis*.[3]

> Os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas vários séculos os separam (...) Durante o longo período de isolamento colonial, formou-se uma cultura brasileira arcaica, cultura que em seu isolamento conserva a mesma estabilidade que ainda mantêm as culturas indígenas da Ásia e do Oriente Próximo: os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social, tão diferentes em seus métodos quanto em seu nível de vida (...) não apenas nos Estados do Nordeste (...) mas também nas áreas rurais próximas (São Paulo), a estrutura em sociedades fechadas torna difícil sua penetração pelos elementos externos (...) A economia dualista, assim como a estrutura social dualista que a acompanha, não são novas nem características do Brasil, pois existem em todos os países desigualmente desenvolvidos (Lambert, 1961, p. 105-110).

Várias interpretações importantes da realidade histórica e atual estão eivadas dessa avaliação genérica; e a maioria delas é equivo-

[3] Este livro, embora escrito por um francês, foi publicado pelo Ministério da Educação do Brasil. Além disso, sua edição francesa foi recomendada por Florestan Fernandes, destacado sociólogo marxista brasileiro que se referiu a ela como "uma das melhores sínteses sociológicas escritas até hoje sobre a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira". Da edição brasileira que utilizamos, disse Wilson Martins, três anos depois, que era "um dos estudos mais inteligentes escritos até agora sobre nosso país".

cada. Poder-se-ia dizer que a análise burguesa ocidental comum começa com o feudalismo na Europa ocidental.

Afirma-se que esse feudalismo foi transplantado para a América Latina, enquanto na Europa era superado pelo capitalismo. Assim, pois, a Europa, e mais tarde seus descendentes anglo-saxões, desenvolveram-se economicamente, deixando a América Latina e outras áreas hoje subdesenvolvidas em estado feudal. O fato de que a América Latina já tenha passado a ser "semifeudal" ou "pré-capitalista" e mostre, portanto, algum desenvolvimento econômico disperso, deve-se a que os países desenvolvidos arrastaram consigo ou ajudaram os atrasados a progredir. Além dessa relação de arrastar ou de ajudar, no entanto, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos são vistos como fenômenos independentes, causados respectivamente pelo capitalismo e pelo feudalismo. Na medida em que as cidades latino-americanas são mais "adiantadas" e o campo é mais "atrasado", aplica-se mais ou menos o mesmo raciocínio, com uma notável exceção – embora ninguém afirme que o desenvolvimento do industrializado mundo metropolitano seja determinado ou sequer seriamente prejudicado pelo subdesenvolvimento dos países agrários da periferia –, argumenta-se que as atrasadas províncias feudais determinam e impedem o desenvolvimento econômico de seus centros urbanos, que tentam industrializar-se dentro do mundo subdesenvolvido.

A conclusão programática que logicamente pode ser extraída dessa análise é a abolição do feudalismo e a adoção do mesmo processo de desenvolvimento dos países desenvolvidos. As doses exatas do remédio antifeudal variam de um médico para outro: às vezes trata-se da abolição de todos os latifúndios; às vezes, apenas das terras "improdutivas"; às vezes consiste só em colonizar novas terras; mas é sempre a criação, com ajuda técnica e financeira do governo, de uma classe média de pequenos agricultores indepen-

dentes e acomodados. (Frank, 1963a.) Por infelicidade, cada passo do diagnóstico está errado, assim como, logicamente, o remédio receitado.

2. As teses marxistas tradicionais

As interpretações da crise agrícola da América Latina e do Brasil que chamo aqui de "marxistas tradicionais" podem ser resumidas em três teses: a) o feudalismo antecede o capitalismo; b) o feudalismo coexiste com o capitalismo; e c) o capitalismo penetra ou invade o feudalismo. Essas teses não se excluem mutuamente; antes, complementam-se umas às outras, e diversos escritores aderem a duas ou mais delas, assim como às teses que delas derivam.

a. O feudalismo antecede o capitalismo

Esta tese implica também, no Brasil, na pré-existência da escravidão. O problema surge quando perguntamos o que produziu essa escravidão, o que determinou o funcionamento dessa sociedade escravagista, o que provocou o desaparecimento da escravidão e o que a substituiu. Nelson Werneck Sodré examina da seguinte maneira as duas primeiras perguntas:

> Simonsen, por exemplo, refuta a ideia do feudalismo colonial e propõe a do capitalismo. Acredita que nem mesmo em Portugal, na época dos descobrimentos, existia o feudalismo. A tese capitalista é adotada também por certos estudiosos da história latino-americana, como Sergio Bagu (...) Celso Furtado nega o caráter feudal da colonização e defende a tese da escravidão, na medida em que explica a natureza hermética do regime. Outros pesquisadores inclinam-se a estudar os traços feudais da legislação, em que a organização ocupava um lugar secundário. Não é difícil concluir que tal legislação mostrava nítidos traços feudais. E não podia ser de outro modo, visto que a classe que então dominava em Portugal era a dos nobres

> feudais (...) O regime escravista não surge aqui da desintegração da comunidade primitiva, mas é estabelecido por nobres que antes viviam em um mundo – o mundo metropolitano – em que predominava uma forma mais avançada de produção, a feudal (...) Quem adere à tese da existência de traços capitalistas na empresa da colonização é levado a isso pela confusão, existente por longo tempo, entre a noção de capital comercial – característico da fase mercantil – e o capitalismo. Hoje parece claro que (...) o capital comercial esteve longe de originar e, ainda mais, de caracterizar o mencionado modo de produção (a escravidão). Assim, pois, a conclusão a que chegamos pelo exame da realidade é que o Brasil começou sua existência colonial sob o sistema de produção escravista (Sodré, sem data, p. 82).

O exame de outros trechos da exposição de Sodré sugere que, longe de ter tirado essa conclusão do "exame da realidade", chegou a ela, certamente, pela aplicação mecânica ao Brasil da tese de Marx acerca do desenvolvimento do capitalismo na Europa. Como Marx observa que o mercantilismo (o comércio) não bastava para originar o capitalismo na Europa, tendo, para isso, sido necessária a indústria (a produção), Sodré argumenta que o mercantilismo não podia produzir, no Brasil, capitalismo, e nem mesmo escravidão. O mesmo raciocínio infundado e não marxista parece servir de base para sua pretensão de que o mercantilismo não pode ter predominado naquela época em Portugal e que, portanto, deve ter sido o feudalismo a predominar. Sodré não leva em conta a possibilidade de que o feudalismo reinasse em Portugal e, no entanto, seu setor mercantilista tenha colonizado o Brasil. Tão pouco explica porque seus nobres feudais podiam desejar conquistar um novo continente e não tivessem capacidade para fazê-lo.

Paul Singer amplia o raciocínio: "A importação de africanos representa 70% do total de compras do Brasil. Parece, pois, que não é a monocultura para o mercado metropolitano o que

determina o regime de trabalho escravo, mas, ao contrário, este pressupõe aquela". Referindo-se ao período da abolição do comércio negro e, mais tarde, da própria escravatura, Singer observa que o Brasil tinha dois caminhos à frente: a "feudalização" ou a "capitalização". E embora acrescente que uma e outra encontraram aplicação em diferentes regiões, chega à seguinte conclusão:

> Como é evidente, a abolição da escravatura não gerou uma agricultura capitalista, nem poderia ter sido assim, no contexto de uma estrutura de posse da terra cuja formação baseava-se no trabalho escravo e que não era diretamente afetada pela abolição da escravatura (Singer, 1961, p. 65, 69, 72).

b. O feudalismo coexiste com o capitalismo

A segunda tese marxista tradicional, relativa a períodos recentes e atuais, é que o feudalismo e o capitalismo coexistem. Esta tese assume muitas formas, das quais apenas algumas serão citadas aqui.

> Chegamos, portanto, a uma conclusão de extraordinária importância para nós: a existência de um dualismo no processo revolucionário do Brasil (...) Nossa sociedade está aberta para a classe operária, mas não para a camponesa. De fato, nosso sistema político permite que a classe operária organize-se para seguir em frente. A sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural. (Furtado, 1962, p. 28).

Essa análise política, análoga à teoria da sociedade dualista dos países subdesenvolvidos (Boeke, 1953), não procede de um marxista, mas de um proeminente ideólogo da burguesia, recente ministro do planejamento econômico do Brasil. Mas a mesma interpretação é compartilhada, em sua essência, por importantes analistas marxistas da América Latina e do Brasil.

> Assim, em certos países subdesenvolvidos, a produção industrial capitalista, regionalmente limitada, coexiste com um sistema semifeudal de

grandes latifúndios. Ambas as estruturas (ou subestruturas) da sociedade caracterizam-se por suas próprias relações de produção e, portanto, por suas próprias estruturas classistas. Mas como o desenvolvimento desses países é um desenvolvimento capitalista, as classes fundamentais são, ou serão, as do sistema capitalista (Stavenhagen, 1962, p. 2).

> [As diferenças regionais] revelam diferentes estados de evolução em direção à estrutura socioeconômica capitalista. Em resumo, enquanto em certas regiões predominam formas de trabalho tradicionais, como a economia de subsistência, o colonato e outras formas de arrendamento e parceria, em outras regiões encontramos o trabalho assalariado em dinheiro. Em um extremo encontramos o complexo rural tradicional, enquanto em outro temos o sistema capitalista em desenvolvimento. (Ianni, 1961, p. 33).

> A agricultura brasileira (...) é uma estrutura formalmente capitalista que se manifesta de dois modos: emprego direto de assalariados agrícolas e entrega de terras em arrendamento. Mas sob a aparência capitalista, ou seja, de relações econômicas impessoais (...), aparecem na realidade elementos de subordinação pessoal: uma extensão da servidão (...) Por último, os resíduos feudais, que reduzem o arrendatário à condição de servo, são mais comuns do que se pensa. (Singer, 1961, p. 71-72).

c. O capitalismo penetra o feudalismo.

A terceira tese assegura que o capitalismo está entrando no campo, sem pressa, porém continuamente. Esse processo traz consigo os benefícios da racionalização da agricultura e a libertação da economia e do camponês de seus grilhões feudais; mas também a proletarização do camponês.

> A essência da concepção da reforma agrária no Brasil, em meu modo de ver, é a descrição do processo de penetração da organização capitalista de produção no campo e a consequente transformação da velha

estrutura agrária de base patrimonial. Nesta discussão, o problema das formas de propriedade e de organização é decisivo (Cardoso, 1961, p. 8).

Estimulada pelo crescimento do mercado de consumo de produtos agrícolas provocado pela expansão industrial, a agricultura se modifica para se adequar às novas condições de rendimento do trabalho produtivo. A empresa agrícola modifica-se, promovendo por sua vez a expulsão de parte dos trabalhadores. Há uma interação contínua, progressiva e cumulativa entre os diferentes sistemas socioeconômicos que a realidade brasileira compreende. A economia de subsistência é continuamente afetada e modificada pela já agora mais vigorosa economia mercantil que, por sua vez, é periódica ou continuamente estimulada pelo comércio internacional. As inter-relações entre elas levam, portanto, à extensão das formas capitalistas de produção entre as atividades agropecuárias ainda presas aos moldes da economia de subsistência (...) o que transforma o modo de usar o trabalho e provoca a proletarização (Ianni, 1961, p. 45).

A substituição da estrutura colonial, semifeudal e pré-capitalista pela estrutura capitalista, e os traços específicos de uma e de outra são compendiados por Singer em um artigo posterior:

O Brasil (...) continuou praticando uma agricultura tradicional de colônia, articulada à exportação, com uma ampla produção subsidiária para subsistência, métodos de cultivo extensivo, rotação de terras, desconhecimento do arado e dos adubos, devastação de terrenos e desmatamento de grandes áreas oferecidas em holocausto à erosão. O próprio desenvolvimento do país acarreta também uma série de transformações qualitativas da estrutura da economia agrícola, que representam, essencialmente, a mudança da agricultura tradicional do tipo colonial, das características mencionadas, para uma agricultura moderna de tipo capitalista. A passagem da agricultura

> colonial para a capitalista implica numa transformação de todos os aspetos da atividade agrícola. A produtividade da terra e da mão de obra aumenta: da terra, porque passam a ser utilizados adubos e outros meios que incrementam e preservam a fertilidade do solo; da mão de obra, porque, junto com a energia do homem, introduz-se a dos animais e das máquinas, assim como implementos de agricultura mecânica. A técnica de cultivo muda, passando da rotação de terras às colheitas. Do mesmo modo, muda a técnica da criação de gado, que já não depende de pastos naturais, mas de pastos artificiais ou de estabulação. Em último lugar, a unidade de produção perde grande parte de sua autossuficiência, chegando a depender de insumos adquiridos no exterior, passando a fazer parte de um todo maior no qual a divisão do trabalho e a especialização das tarefas são estimuladas pela expansão do mercado e pela escala de produção (...) Utiliza-se uma proporção maior de capital para a mesma quantidade de terra e de mão de obra. Para que isso aconteça, é necessário que o capital se torne mais barato, relativamente, e que terra e mão de obra tornem-se mais caras. Ambas as condições cumprem-se durante o processo de industrialização. (Singer, 1963, p. 25-28).

3. Crítica do mito do feudalismo

a. Comparação com a realidade.

Podemos começar nossa apreciação das teses marxistas tradicionais comparando os elementos específicos, atribuídos às organizações feudal e capitalista, às realidades da agricultura brasileira. Seria conveniente dividir este exame, como foi feito no Quadro I, em três partes principais: I. A organização da produção agrícola; II. A situação dos trabalhadores agrícolas; e III. As mudanças através do tempo. Veremos que a maior parte dos elementos atribuídos aos setores "feudal" e "capitalista", ou às formas de organização da produção, não se ajustam, de fato, à realidade.

I) A organização da produção agrícola

Embora a concentração “feudal” da terra seja, sem dúvida, muito grande, a “capitalização” da agricultura, longe de diminuí-la, aumenta-a ainda mais. Durante a fase de expansão “capitalista”, especialmente entre 1920 e 1930, e, de novo, entre 1940 e 1960, a concentração da propriedade agrícola aumentou (Prado, 1960, p. 207). Entre 1940 e 1950, as propriedades de mais de 1.000 hectares aumentaram proporcionalmente, em relação ao total da terra cultivável, de 48 para 51% (*Folha de S. Paulo*, 1963). Durante a crise mundial da década de 1930, essa concentração diminuiu, tema de que tratarei mais adiante.

Em São Paulo, o Estado mais “capitalista” e com mais cultivos comerciais do país, a concentração das terras de café e de algodão também aumentou com o desenvolvimento capitalista (Paixão, 1959, p. 33; Schattan, 1961, p. 101). Do mesmo modo, em relação ao Rio de Janeiro, Geiger (1956, p. 50, 74) relata que tanto os grandes proprietários de terras residentes quanto os não residentes, pessoas e empresas, compravam terras a torto e a direito durante a expansão econômica. Ou, para citar Guimarães (1963) em um artigo no *Jornal do Brasil:*

> O desenvolvimento econômico poderia nos levar a supor um regime de distribuição da terra menos injusto. Longe disso, as altas porcentagens de famílias sem terra indicam, como se observa particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, que o desenvolvimento econômico não leva espontaneamente e por si mesmo à redistribuição da estrutura agrária nem à solução do problema da terra em nosso país (Guimarães, 1963).

Nem a expansão da fronteira agrícola ajuda a eliminar a concentração da propriedade. Embora os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina tenham sido colonizados no século 19, de acordo com um modelo mais próximo ao das pequenas propriedades, a concentração ali não é hoje essencialmente diferente do que

Quadro I – Elementos feudais e capitalistas
(Segundo as teses marxistas tradicionais)

Feudalismo	**Capitalismo**
A. A organização da produção agrícola	
1. Latifúndios	1. Propriedades menores?
2. Agricultura extensiva	2. Agricultura intensiva
3. Baixo e ineficiente uso da terra	3. Maior e mais eficiente uso da terra
4. Agricultura migratória e de desmatamento	4. Rotação de culturas
5. Técnicas de esgotamento e erosão da terra	5. Conservação do solo e manutenção de sua fertilidade
6. Pecuária extensiva	6. Pecuária intensiva
7. Agricultura pobre em capitais, sem fertilizantes, máquinas ou investimentos	7. Agricultura capitalizada: fertilizantes, maquinário, investimentos
8. Setor autossuficiente; subsistência	8. Especialização, dependência do exterior, comercialização, não subsistência
9. Mentalidade irracional	9. Mentalidade racional, capitalista

B. A situação dos trabalhadores agrícolas	
1. Servidão	1. Proletarização
2. Inquilinato, parceria, trabalho gratuito, pagamento em espécie e em vales	2. Trabalho por contrato, com pagamento em dinheiro
3. Vida não livre, ainda que disfarçada por uma fachada de pagamento em dinheiro	3. Certa liberdade
4. Baixos rendimentos	4. Mão de obra mais cara: trabalhadores menos pobres?
5. Trabalhadores vinculados à fazenda	5. Expulsão de trabalhadores agrícolas

C. As mudanças através do tempo

1. Contínua desfeudalização	1. Contínua capitalização
2. Completo desaparecimento da agricultura feudal	2. Completa proletarização da agricultura; irreversibilidade do processo desfeudalização-capitalização
3. Insensibilidade às mudanças na demanda	3. Sensibilidade às mudanças na demanda comercial

ocorre em outras regiões. Como observa Cardoso (1961, p. 13), em "zonas novas", tais como o Norte do Paraná, onde a cafeicultura teve início com base em pequenas propriedades, o reagrupamento destas em grandes estabelecimentos em mãos de fazendeiros mais prósperos, ou por outros de São Paulo, que compraram na região, já é um fato. Nem a atual expansão da fronteira agrícola de Goiás, Mato Grosso, ou de qualquer outro Estado, impede a concentração. Como indicam as informações da imprensa diária, embora essas terras sejam frequentemente abertas por pequenos posseiros, os grandes proprietários não tardam em se apropriar delas; são os chamados "grileiros" que, de uma forma ou de outra, expulsam os primeiros.

Contrariamente à tese marxista tradicional, não existem padrões consistentes de agricultura extensiva ou intensiva em setores tanto "feudais" quanto "capitalistas". Os padrões de uso dos recursos resumidos no Quadro I, especialmente, não são determinados por esses supostos princípios ou organização, mas, sim, como veremos mais adiante, por outras considerações. Portanto, podemos verificar que as pequenas – ainda que "feudais" – fazendas arrendadas são trabalhadas muito mais intensamente – estando, talvez, até mais capitalizadas – do que as grandes, sejam elas feudais ou capitalistas (veja-se, por exemplo, a análise da metade inferior do Estado do Rio de Janeiro feita por Geiger, 1956, especial-

mente páginas 75-81 e 128-152). O excelente estudo sobre a organização e a produção agrícola no Estado de São Paulo publicado por Salomão Schattan (1961) mostra que propriedades pequenas e médias são cultivadas mais intensivamente, destinam menos terra a florestas relativamente improdutivas e a pastagens, possuem maior número de animais e pessoas por hectare, assim como mais força de trabalho por hectare, obtendo rendimento maior por hectare, incluindo a renda proveniente da pecuária, porém, naturalmente, menos renda por habitante (103-114). A mesma relação entre o tamanho da propriedade e a produção aplica-se ao Estado do Rio de Janeiro (Geiger, 1956, p. 76, 77). Ao contrário, uma agricultura itinerante, o esgotamento do solo, a subutilização e a subcapitalização das fazendas, assim como outros elementos "pré-capitalistas", são, como sugere Paixão (1959), "mais frequentemente encontrados na produção 'capitalista' de café e de algodão no São Paulo 'capitalista'". O Instituto Brasileiro do Café (1962) reconhece esses efeitos da cultura cafeeira, e até solicita ajuda governamental para estimulá-los e estendê-los. Ianni (1961, p. 29 n) observa que os aumentos da produção agrícola no Brasil foram devidos precisamente à colonização de novas terras e não ao aumento da produtividade agrícola.

Com relação à suposta intensificação da pecuária, este não parece ser o caso de São Paulo segundo Schattan (1961, p. 105-107), sendo explicitamente negado por Geiger (1956, p. 59, 121), para o Rio de Janeiro. Um estudo da Comissão Nacional de Política Agrária do Ministério da Agricultura (1955) mostra que as queimadas são quase tão comuns no Sul "capitalista" como no Nordeste "feudal", sendo utilizadas em 87% e 98% dos municípios, respectivamente. Para São Paulo e para o Piauí, que são, respectivamente, o Estado mais adiantado e o mais atrasado do país, a relação percentual é a mesma. "Três anos ou mais de

descanso" e "terras em descanso usadas para pastagens" ocorrem respectivamente em 55%, 80%, 68% e 88% dos municípios do Sul e do Nordeste, mas neste caso grande parte da diferença deve-se, possivelmente, à diferença de culturas entre as duas regiões: permanentes (café) e pastagens no Sul e temporárias no Nordeste. O mesmo estudo indica, entretanto, uma diferença ainda mais notável entre as duas regiões, em relação ao capital investido em fertilizantes e em tração; e, também, o que não é de admirar, uma diferença ainda maior – e que pode contribuir bastante para explicar a diferença em capital – entre a quantidade e a procedência do crédito à disposição das duas regiões. O fato de que, como afirma Singer, com o desenvolvimento, o capital possa se tornar mais abundante e mais barato relativamente à terra e ao trabalho na economia como um todo, não significa que a agricultura, ou parte dela, receba concomitantemente mais investimentos em capital. Na realidade, poucos investimentos fluem para a agricultura, podendo-se dizer ainda que o contrário é mais provável, isto é, afastam-se dela. No Estado mais marcadamente capitalista, São Paulo, quando aumenta a demanda por determinado produto agrícola, a reação da oferta deve-se menos ao aumento do total de recursos do que à retirada destes de outra cultura, geralmente uma colheita não comercializada. (Schattan 1961, p. 88; Prado, 1960, p. 205-207).

É provável que exista alguma oposição entre a autossuficiência e a produção para subsistência, a especialização e a dependência de abastecimento externo. Mas as razões não são necessariamente as que insinuam os marxistas tradicionais. Por exemplo, o fato de que nas regiões cafeicultoras mais áreas sejam utilizadas para frutos menores do que nas regiões açucareiras (o que nem mesmo reforça o raciocínio açúcar-feudalismo, café--capitalismo), pode ser atribuído ao fato de que no caso do café as culturas consorciadas não reduzem seu rendimento, ao contrá-

rio, o que não acontece com a cana. Além do mais, o Nordeste "feudal" destina 30% a 40% de suas importações a alimentos (*Desenvolvimento & Conjuntura* 1959/4, p. 71) mesmo sendo essa área, desde a colonização, evidentemente, exportadora de produtos comerciais. A subsistência e a especialização podem ser encontradas mescladas em todas as regiões do Brasil; além disso, a importância relativa de uma para outra varia com o tempo (Prado, 1960, p. 205 e Geiger, 1956, p. 128), um aspecto importante da realidade que a análise marxista tradicional não explica ou não pode explicar.

Finalmente, se a mentalidade "racional" refere-se a cuidar bem dos próprios interesses, é difícil aceitar, sem mais provas, que a população do setor "feudal" cuide menos de seus interesses do que a do setor "capitalista", ou que aquela cuidará cada vez melhor deles graças à penetração do "capitalismo" em suas vidas. Tudo depende das circunstâncias e dos interesses específicos, um assunto que examino na próxima seção. E se "racional" refere-se ao bem-estar comum, ou público, está muito longe de ser óbvio que a variedade de produtos das fazendas mais tradicionais constitui uma desvantagem irracional (Geiger, 1956, p. 76, 129).

II. A situação dos trabalhadores agrícolas

Se todas as relações não monetárias da agricultura são, por definição, não capitalistas e todos os pagamentos em dinheiro são capitalistas, as teses marxistas tradicionais sobre as condições do trabalho agrícola são, por definição, corretas. Mas, nesse caso, não nos ensinam nada sobre a realidade. E a realidade da agricultura brasileira é que as mil e uma variações e combinações do trabalho agrícola misturam-se em todas as regiões. Um sem número de formas de arrendamento e de retribuição do trabalho pode ocorrer na mesma região, na mesma fazenda, numa mesma parcela da mesma fazenda, dependendo quase exclusivamente da vontade de

seu proprietário ou administrador. A forma como essa vontade é determinada será estudada na segunda seção deste texto. Essas relações, longe de serem provocadas pela mentalidade feudal ou pelos resquícios coloniais, são determinadas por prementes considerações econômicas e tecnológicas. Diferem, por exemplo, em função dos produtos. Assim, cultivos permanentes ou semipermanentes, como as bananeiras e as árvores, não permitem evidentemente a meação, e, assim, neste caso, não se encontram parcerias (Geiger, 1956, p. 80). É comum que uma mesma família seja paga de duas ou mais formas pelo trabalho realizado com diferentes cultivos. E as mudanças da forma de emprego e retribuição acompanham as mudanças dos cultivos que se plantam e a forma de pecuária praticada.

Outro fator determinante de grande importância é o grau de variação do que se produz e a quantidade e estabilidade da mão de obra disponível. Quanto mais varia a produção, e mais abundante e segura é a oferta de braços, tanto menos, evidentemente, os proprietários "prendem" os camponeses à fazenda, isto é, tanto mais estes se proletarizam. O pagamento em vales resgatáveis no "barracão", longe de ser prova de uma relação feudal, é função da atividade comercial da fazenda e da posição monopolista do proprietário da empresa. Essa forma de pagamento pode ser encontrada nas fazendas mais "modernas" e às portas do Rio de Janeiro (Geiger, 1956, p. 86). No Nordeste "feudal" e no Sul "capitalista", 12 e 14%, respectivamente, dos municípios praticam o pagamento em espécie mais do que em dinheiro. Mesmo com relação ao Estado mais "feudal", o Piauí, e ao mais "capitalista", São Paulo, a comparação é da ordem de 26% e 10% respectivamente. Ao que podemos acrescentar que São Paulo é um produtor de culturas permanentes, enquanto o Piauí não o é (Comissão Nacional, 1955, p. 149-156).

Ainda que Singer (1961, p. 71) sustente que o pagamento em dinheiro é, às vezes, a fachada de uma relação semifeudal, originada na posição sociopolítica que o proprietário herdou da colônia, Prado

(1960, p. 214-224), Costa Pinto (1948, p. 165-168) e Ianni (1961, p. 41) indicam o contrário: a saber, que vários traços "feudais" da relação proprietário-trabalhador são fachadas de uma exploração econômica essencialmente comercial. A mudança de uma forma de emprego a outra – ou para o desemprego – não proporciona ao trabalhador agrícola "uma certa liberdade", já que o poder econômico de exploração do proprietário sobre o trabalhador permanece intacto ou até aumenta. E tal mudança priva frequentemente o trabalhador da segurança que lhe proporciona um certo grau de liberdade de ação.

Por menor que seja a renda e o nível de vida dos diversos tipos de arrendatários, o estudo das condições de vida rural, em 1.836 dos 1.894 municípios brasileiros, demonstra que os diaristas rurais recebem sempre pagamentos menores e têm piores condições de vida que os arrendatários e parceiros (Comissão Nacional, 1955, p. 9-39). Francisco Julião (1962, p. 58) confirma que os diaristas rurais, quanto à liberdade e aos rendimentos, são cultural e economicamente pobres e dependentes.

Em relação à expulsão dos trabalhadores agrícolas da terra e sua migração para outras regiões e para as cidades, o determinante não é a substituição das relações "feudais" pelas "capitalistas", mas o desenvolvimento capitalista da economia nacional e internacional em seu conjunto. Se se confia no dado, é interessante o fato de que pode haver relativamente mais emigração dos municípios do Nordeste entre os trabalhadores do grupo de rendimento de 11 a 20 cruzeiros, do que entre os do grupo de 0 a 10 cruzeiros (Comissão Nacional, 1955, p. 41-48; preços de 1952).

III) As mudanças através do tempo

A deficiência mais séria de todas as teses e análises marxistas tradicionais, aparte as considerações teóricas e políticas fundamentais (às quais voltaremos mais tarde), é sua incapacidade para dar

uma explicação adequada às mudanças ocorridas no decorrer do tempo. A tese da "pré-existência do feudalismo" apresenta dificuldades desde o princípio. Além da debatida questão quanto ao grau em que a Europa ou a Península Ibérica eram feudais nos tempos da conquista, surge, de início, o problema de como o feudalismo chegou ao Novo Mundo. Ainda que possam ter sido feudais as relações sociais que predominavam na metrópole, o setor que determinou a abertura do Novo Mundo pode ter sido mercantil. Do contrário, como poderia ou quereria uma sociedade feudal dar os passos necessários para conquistar e abrir ao comércio todo um novo continente? Além disso, teria a metrópole, feudal ou mercantil, tido interesse em estabelecer um sistema feudal no Novo Mundo, ou mesmo capacidade para tanto? É inexplicável que um sistema feudal tenha criado outro, ou tenha se autotransplantado para um novo continente.

A tese da "coexistência do feudalismo e do capitalismo" não esclarece a partir do que se supõe que o capitalismo chegou à América Latina ou ao Brasil. Partiu do feudalismo local pré-existente, como na Europa? Em vista da evidência, com a qual também concordam Sodré e Singer, de que a América Latina e o Brasil tiveram desde o início fortes laços mercantis com a metrópole, tal resposta, evidentemente, merece pouca adesão. Se o feudalismo existiu primeiro, coexistindo depois com o capitalismo no Novo Mundo, devemos perguntar ainda de onde veio o capitalismo. A tese da "penetração capitalista no feudalismo" implica ainda mais dificuldades. Em suas versões mais extremas, refere-se a uma penetração e proletarização "contínuas, progressivas e cumulativas" e sustenta que esse processo "conduzirá à expulsão total e definitiva do colono, do arrendatário, do parceiro etc. do interior da fazenda ou latifúndio, ou seja, à sua proletarização" (Ianni, 1961, p. 45, 46).

Dito de outro modo, supõe-se que estamos presenciando um processo em que o capitalismo extingue irreversivelmente o feuda-

lismo no campo e finalmente incorpora a agricultura à economia nacional capitalista. Além disso, frequentemente se supõe que o setor feudal, além e antes de sua penetração pelo capitalismo, é totalmente insensível às mudanças, em curto e longo prazos, da demanda e, na verdade, às mudanças das circunstâncias de qualquer tipo, enquanto que o setor capitalista é sensível à demanda e à necessidade de produtos agrícolas e, ao que parece, é capaz de satisfazê-las. Mas, se essas teses "penetradoras" estiverem corretas, não podem explicar a substituição, na realidade muito frequente, dos traços "feudais" pelos "capitalistas" e vice-versa, através do tempo (Prado, 1960, p. 205-207). Além disso, o observador mais indiferente pode notar, como testemunham as sérias análises de Caio Prado (1960, 1962), Schattan (1959, 1961), Paixão (1959), Geiger (1956) e outros, que o setor "feudal" se adapta continuamente às circunstâncias, incluindo as mudanças da demanda, enquanto a maioria dos setores "capitalistas" e mais "racionalmente organizados" da agricultura deixam muito a desejar quanto às demandas e necessidades da sociedade.

De fato, a própria dualidade da proposição feudalismo--capitalismo não permite dar razão aos aspectos "feudais" nem aos "capitalistas" do desenvolvimento agrícola e muito menos compreender porque se combinam. A tese feudalista não explica sequer o acontecido no setor "feudal". Não dá conta da introdução do "feudalismo", nem do desenvolvimento histórico desse setor, nem de suas muitas mudanças em curto prazo. Tampouco explica o setor "capitalista", mesmo que alguns marxistas confessos cheguem a argumentar que as relações "feudais" entre proprietário e trabalhador "dentro" da fazenda determinam o comportamento do primeiro fora desta, ou seja, no mercado "capitalista". É ainda mais geral o consenso quanto ao fato de que o setor "feudal" freia o progresso "capitalista", razão pela qual, neste sentido ao menos, determina seu desenvolvimento. Essa opinião, pretensamente ba-

seada no princípio marxista de que as relações determinantes são as internas e não as externas, é resultado, até onde posso perceber, da incapacidade de seus autores em distinguir o interno do externo.

A parte "capitalista" da tese, que se refere não a toda a economia, mas somente a seu setor "capitalista", padece de defeitos similares, embora não tão sérios. Devemos perguntar mais uma vez: se a agricultura, excluindo a de exportação, era "feudal", como e porque surgiu o capitalismo? Por último, se o capitalismo está penetrando na agricultura, como se relaciona esta com a economia nacional? E se a economia nacional não é totalmente capitalista, como iremos compreender a economia e a sociedade brasileiras em seu conjunto, ou a de qualquer outra nação?

b) As conclusões teóricas e políticas

Existe notável similaridade, no essencial, entre as análises burguesas e as marxistas provenientes da metrópole. Ambas afirmam que a sociedade se compõe de dois setores bastante independentes. Um é mais moderno, porque percorreu um caminho mais ou menos independente e é capitalista; o outro, o setor agrário, atrasa seu próprio progresso e o do setor moderno, porque continua sendo feudal. Portanto, o desaparecimento da estrutura feudal da agricultura e a introdução ou extensão de uma organização capitalista moderna resolverão ao mesmo tempo dois problemas: a crise da agricultura e o desenvolvimento da economia nacional. Assim, somente necessitamos mudar algumas coisas no setor agrícola, sem desarmar, e muito menos substituir, o mecanismo capitalista total. A fácil identificação dos traços feudais e capitalistas permitirá realizar essa separação cirúrgica que sanará todo o corpo econômico.

Essa interpretação dualista baseia-se em equívocos importantes. Um deles refere-se ao uso e ao conteúdo semântico de termos "feudal" e "capitalista". Quase sempre que os autores citados e outros empregam essas palavras, referem-se a elementos como os

mencionados no Quadro 1: tipos de relações entre proprietários e trabalhadores, comportamento e motivação das pessoas, técnicas de produção e distribuição etc. Porém, frequentemente vão além desses elementos e concluem não somente que as relações feudais estão sendo ou deveriam ser substituídas pelas capitalistas, mas também que o sistema feudal está sendo ou deveria ser substituído pelo sistema capitalista. Suas conclusões derivam muitas vezes da confusão entre sistema e elementos do sistema.[4] Isso poderia ser evitado se os termos "feudal" e "capitalista", em sua acepção clássica, fossem utilizados apenas para se referir ao que é verdadeiramente central: o sistema socioeconômico e sua estrutura, não os aplicando a todo tipo de elementos supostamente associados.

Uma fonte de equívoco ainda mais significativa refere-se à verdadeira natureza do sistema feudal e, o que é mais importante, do sistema capitalista. Quaisquer que sejam os tipos de relações pessoais existentes em um sistema feudal, o determinante, para nosso propósito, é que se trata de um sistema fechado, ou fragilmente articulado com o mundo exterior. Um sistema feudal fechado não seria incompatível com a suposição – embora não seja necessariamente decorrente dela – de que o Brasil e outros países tenham uma "sociedade dualista". Mas essa condição fechada – assim como a dualidade – é totalmente incompatível com a realidade passada e presente do Brasil. Nenhuma região do Brasil, seguramente nenhuma região populosa, forma um sistema fechado, ou sequer historicamente isolado. Portanto, nada deste sistema, em seus aspectos mais essenciais, pode ser feudal. O Brasil, em seu conjunto,

[4] Depois de escrito este ensaio, descobri que Silvio Frondizi diz essencialmente o mesmo em relação à Argentina: "Com efeito, uma coisa é a existência de formas pré-capitalistas como característica fundamental de uma economia; tal é o caso da Rússia pré-revolucionária. E outra coisa, totalmente diferente, é a existência de formas pré-capitalistas enxertadas em uma economia francamente capitalista e expressão aparentemente diferente, do regime capitalista de produção" (Frondizi, 1956, p. 11, 168).

por mais feudais que suas características possam parecer, deve sua formação e sua natureza atual à expansão e ao desenvolvimento de um único sistema mercantil-capitalista que alcança (hoje com exceção dos países socialistas) o mundo inteiro, inclusive o próprio Brasil. O essencial do feudalismo não ocorreu nunca neste país, como Roberto Simonsen, o industrial brasileiro mais importante de seu tempo, esclarece em sua monumental e precursora *História Econômica do Brasil – 1500-1820* (1962).

É importante que busquemos compreender a estrutura real do capitalismo e não somente alguns de seus elementos e sintomas. O sistema capitalista não deve ser confundido com suas manifestações apenas no setor mais desenvolvido – o moderno ou racional ou competitivo – da metrópole europeia-estadunidense ou de São Paulo. O capitalismo representa um só sistema, e como tal se desenvolveu: o capitalismo "brasileiro" ou "paulista" ou "estadunidense" não é mais que um setor deste único sistema universal.

Este sistema capitalista, em todo tempo e lugar – e é de sua natureza que assim seja –, produz desenvolvimento e subdesenvolvimento. Um é tão produto do sistema "capitalista" como o outro. O subdesenvolvimento do Brasil é tão natural do sistema como o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro não tem sido menos determinado pelo capitalismo do que o desenvolvimento de São Paulo. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento têm ambos origem na evolução total do sistema. Chamar "capitalista" ao desenvolvimento e atribuir o subdesenvolvimento ao "feudalismo" é uma incompreensão séria que conduz aos mais graves erros políticos. Se o feudalismo não existe, não pode ser abolido. Se o subdesenvolvimento atual e os males atuais da agricultura se devem ao capitalismo, dificilmente podem ser sanados "estendendo-se" ainda mais o capitalismo. Nesse caso, é o capitalismo e não o feudalismo que deve ser abolido.

O fundamento teórico da análise "feudal" da agricultura ressurge nos esforços por compreender e resolver outras facetas dos problemas do Brasil e de outros países subdesenvolvidos. As interpretações burguesas e marxistas tradicionais, como vimos, pressupõem dois setores de uma suposta sociedade única que, ou bem são independentes e autodeterminantes, como em Sodré e Singer, ou estão completamente separados, como sugerem Cardoso e Ianni. Essa dualidade, que admite uma dinâmica separada para cada um dos setores em questão e que recusa para ambos a possibilidade de uma dinâmica comum, nega a base e a própria essência da teoria e do método marxistas, impedindo, portanto, a compreensão adequada da sociedade capitalista, única em seu conjunto. Conduz, por conseguinte, à linha política mais desastrosamente equivocada.

Essa análise reproduz-se no modo de ver o aspecto internacional da própria economia e a questão imperialista que supõe. Isso porque, ao que parece, na opinião de certos marxistas, essa parte da economia pode ser separada, e o problema que propõe pode ser resolvido separadamente, da mesma forma que sua contrapartida agrícola. Portanto, as economias nacionais capitalistas da América Latina deixaram atrás a agricultura feudal e de algum modo empreenderam e trilharam seu próprio desenvolvimento independente, similar ao de seus antepassados europeus. Logo, assim como o capitalismo nacional começou a invadir a agricultura provinciana, o capitalismo internacional começou a invadir as economias nacionais, e com resultados indesejáveis. Assim, a cirurgia volta a ser indicada, desta vez para cortar o câncer do imperialismo e, por conseguinte, deixar que a economia nacional siga seu caminho, relativamente saudável em outros sentidos.

É claro que certos doutores em economia política da chamada vanguarda da burguesia nacional prescrevem as mesmas intervenções cirúrgicas. O surpreendente é que alguns marxistas confessos,

especialmente os partidos comunistas da velha guarda, acreditam que toda a burguesia, pelo menos a "burguesia nacional", deseja resolver dessa maneira os problemas da agricultura e do imperialismo e, portanto, do desenvolvimento nacional, e que a "revolução burguesa", consequentemente, tem de ser realizada e que, nessa tarefa, a burguesia deve ser apoiada. Tais marxistas sustentam que a burguesia, na realidade, não somente está disposta a fazê-lo, mas possui capacidade para fazê-lo. E se oferecem para ajudá-la, incondicionalmente, a libertar a economia nacional subdesenvolvida de seus inadequados setores agrícola feudal e internacional imperialista, acusando de aventureiro, divisionista ou revisionista-reacionário todo aquele que não se une a essa frente. Essa política desastrosa parecerá menos surpreendente se reconhecermos que deriva de uma teoria e de uma análise totalmente não marxistas, pois admitem dois e até três setores autônomos, de criação independente ou separada, suscetíveis de serem destruídos separadamente.

B. A agricultura capitalista

1. Capitalismo e subdesenvolvimento

Para compreender realmente a agricultura subdesenvolvida, devemos compreender o subdesenvolvimento. E, para isso, devemos pesquisar o desenvolvimento desse subdesenvolvimento. Sim, desenvolvimento do subdesenvolvimento, porque o subdesenvolvimento, diferentemente talvez do não desenvolvimento, não antecedeu o desenvolvimento econômico nem surgiu espontânea ou repentinamente. Desenvolveu-se paralelamente ao desenvolvimento econômico, e assim continua acontecendo. É parte integrante do indivisível processo evolutivo pelo qual passou este planeta nos últimos cinco séculos ou mais. Por infelicidade, até agora só se prestou atenção, quase exclusivamente, à parte do processo relativa ao desenvolvimento econômico, talvez porque nossa ciência, tanto

o seu ramo burguês quanto o marxista, surgiu na metrópole, junto com o próprio desenvolvimento econômico.

Obviamente, não é possível elaborar aqui toda uma teoria do subdesenvolvimento, mas é essencial tomar nota de alguns fundamentos do processo. O primeiro é que esse processo ocorreu no contexto de uma forma única dominante de organização econômica e política que foi chamada de mercantilismo ou de capitalismo mercantil. Um segundo fundamento é que, em cada etapa do caminho, essa forma de organização concentrou de forma extrema o poder econômico e político, e também o prestígio social, no que veio a ser conhecido como monopólio. Terceiro, os efeitos foram extensos – poder-se-ia dizer universais – e, embora muito diferentes de um lugar ou grupo para outro, foram sempre muito desproporcionais. Esse terceiro fator (a universalidade) é o que empresta ao segundo (a concentração) sua importância. Porque também existe concentração, por exemplo, no feudalismo. Mas o feudalismo concentra a terra em cada feudo separado e não em uma economia mais ampla, enquanto o termo monopólio, em seu sentido moderno, refere-se à concentração em um todo universalmente interconectado. Além disso, é essa combinação de relações universais monopolistas que necessariamente produz desigualdade, não apenas do fator monopolizado, mas também de outras relações. Quarto, estamos aqui diante de um processo e, como este continua, seus efeitos também continuam. Assim, pois, a desigualdade continua aumentando (Myrdal, 1957) e, da mesma forma, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos.

O desenvolvimento capitalista traz entranhada a monopolização da terra e de outras formas de capital e do trabalho, do comércio, das finanças, da indústria e da tecnologia, entre outras coisas. Em diferentes épocas e lugares, o monopólio assumiu diversas formas e teve efeitos distintos, na medida em que se adaptava a diferentes circunstâncias. Mas, embora seja importante distinguir as pecu-

liaridades, como a agricultura brasileira, é mais importante ainda não perder de vista outros aspectos fundamentalmente semelhantes. Sobretudo, é importante considerar, onde seja possível, como as outras partes do processo capitalista mundial determinam aquela que se está estudando e vice-versa.

A dualidade ou contradição desenvolvimento-subdesenvolvimento do capitalismo recebe hoje a maior atenção, claro está, em nível internacional, dos países industrializados e dos subdesenvolvidos. A metrópole europeia começou realmente a acumular capital há vários séculos. Seu expansivo sistema mercantilista estendeu-se a outros continentes, onde impôs em diferentes lugares e tempos formas de organização econômica de acordo com as circunstâncias. Na cordilheira americana que corre desde a Sierra Madre, ao norte, até os Andes, passando pelo istmo, encontrou impérios bem organizados, de povos civilizados, com riquezas minerais prontas para serem levadas para casa. Na África, encontrou trabalho humano, que utilizou para abrir as terras baixas latino-americanas, particularmente as do Brasil. Essa expansão não apenas contribuiu para o desenvolvimento econômico da metrópole, mas também deixou suas marcas em outros povos, cujos efeitos ainda estamos presenciando. Entre os astecas e os incas, destruiu civilizações inteiras. Mas, embora o capitalismo tenha penetrado nessas terras, vinculando-as às forças metropolitanas que determinaram a sorte daquelas, alguns desses povos encontraram proteção parcial isolando-se nas montanhas. No Brasil foi implantada uma sociedade toda nova, mescla de três raças e incontáveis culturas, grão para o expansivo moinho capitalista metropolitano. Fossem quais fossem as formas institucionais transplantadas para o Novo Mundo, ou surgidas nele, seu conteúdo era determinado inevitavelmente pelo mercantilismo ou capitalismo.

Mais tarde, quando a industrialização e a urbanização metropolitanas começaram a exigir mais matérias-primas e mais alimentos,

apelou-se – isto é, obrigou-se – as regiões hoje subdesenvolvidas a fornecer a parte que os produtores primários metropolitanos não podiam produzir ou se poupavam de ter de produzir. Chegou a hora de países como a Índia e a China, que ainda não haviam sido explorados desse modo, na fase imperialista, quando foram destruídas suas indústrias rurais, se não diretamente sua agricultura, para que pudessem absorver melhor o excedente metropolitano de bens industriais. Em nossos dias, a metrópole capitalizada investe seus capitais na produção de tecnologia e materiais sintéticos que substituem certas matérias-primas, produzindo até mesmo excedentes de outros produtos primários (trigo etc.), que os países produtores primários, hoje especializados, são obrigados a absorver também. Em todos os sentidos, os países periféricos foram o "rabo do cachorro" capitalista metropolitano: mergulharam no subdesenvolvimento, particularmente agrícola, enquanto a metrópole desenvolvia a indústria. Análises atuais desse processo podem ser encontradas em Baran (1957), Myrdal (1957) e Lacoste (1961).

Esse desenvolvimento simultâneo de riqueza e pobreza desiguais pode ser visto também entre regiões de um mesmo país. As relações entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos e entre o Sul e o Nordeste do Brasil são, fundamentalmente, as mesmas que existem entre a metrópole e suas regiões subdesenvolvidas. Mas as relações do Nordeste com o Sul não substituem, e sim completam, as relações com o mundo metropolitano; esse mundo não deixou de existir e seus efeitos não desaparecerão jamais.

O rendimento *per capita* do Nordeste brasileiro, uma das regiões mais pobres e subdesenvolvidas do mundo, é aproximadamente a quarta parte do que existe no Sul; o Piauí, seu Estado mais pobre, conta com um décimo do rendimento *per capita* da Guanabara, onde está o Rio de Janeiro (*Desenvolvimento & Conjuntura*, 1959/4, p. 7-8). O Nordeste (inclusive Sergipe e Bahia), com 32% da população brasileira, ganhou, em 1955, 75.000 milhões de cruzeiros, do

total nacional de 575.000 milhões. E a renda à disposição de seus habitantes foi ainda menor, posto que a área sofre evasão de capitais para outras regiões. (*Desenvolvimento & Conjuntura*, 1957/2, p. 18-19). Na realidade, o Nordeste agrícola, pobre e faminto de capital, ganha divisas que são investidas na capitalização e bem-estar de outras regiões, das quais, por sua vez, importa alimentos, que representam 30 ou 40% de suas importações regionais (*Desenvolvimento & Conjuntura*, 1959/4, p. 71). Até o que gasta para alimentar e educar seus jovens contribui para o desenvolvimento de outras regiões, porque a maioria de seus operários produtivos emigra para áreas que oferecem maiores oportunidades.

O exame do percurso histórico do subdesenvolvimento do Nordeste é esclarecedor. Durante a época do açúcar, sua costa era o setor principal, e seu interior periférico, subdesenvolvido e pecuário, era o fornecedor de carne para o setor exportador açucareiro, assim como este era a periferia em vias de subdesenvolvimento da metrópole europeia. Com a decadência da economia açucareira, todo o Nordeste tornou-se subdesenvolvido. O posterior ascenso da metrópole nacional – São Paulo – descapitalizou ainda mais o Nordeste, assim como boa parte do resto da economia. Certos paulistas gostam de dizer que São Paulo é uma locomotiva que arrasta vinte e um vagões (os 21 Estados); esquecem-se de acrescentar que são os vagões de carvão graças aos quais a "locomotiva" pode andar. Mas dizer que uma região é mais "feudal" e outra mais "capitalista" só serve para obscurecer sua estrutura comum capitalista, causa da desigualdade entre elas.

Essa dualidade ou contradição desenvolvimento-subdesenvolvimento da sociedade capitalista é acompanhada universalmente pela concentração monopolista dos recursos e do poder. Nos Estados Unidos, a contradição aparece nas grandes cidades e nas áreas metropolitanas, entre regiões como o Norte e o Sul, entre setores como a indústria e a agricultura, entre os setores de uma mesma

indústria. Na agricultura, em 1950, 10% das fazendas produziram 50% da colheita, enquanto 50% daquelas produziam 10% desta e um milhão dos cinco milhões de famílias camponesas tinham um nível de mera subsistência. E os Estados Unidos nunca passaram por nenhum tipo de feudalismo. A indústria europeia ocidental exibe ao mesmo tempo a tecnologia mais adiantada – incorporada a cartéis internacionais – ao lado de fábricas que têm [aspectos] mais de família do que de negócio e oficinas de artesanato que nos remetem à Idade Média. Encontramos a mesma coisa em todas as partes da economia brasileira, como nas propriedades urbanas de Porto Alegre, onde 0,5% da população inclui 8,6% dos proprietários que, em conjunto, possuem 53,7 dos bens de raiz (*A classe operária*, 1963).

2. Os princípios organizativos

Portanto, a agricultura brasileira só pode ser compreendida como resultado do desenvolvimento-subdesenvolvimento capitalista mundial. Não cabe neste ensaio uma demonstração rigorosa dessa tese, nem uma análise completa da agricultura brasileira. Entre outras coisas, as próprias teoria e metodologia do desenvolvimento--subdesenvolvimento capitalista continuam subdesenvolvidas. As variedades de desenvolvimento e de subdesenvolvimento capitalistas, suas mudanças no tempo e, na verdade, toda a realidade social, são mais complexas que a teoria econômica relativamente simples de que se dispõe para interpretá-las. Há também uma falha de compatibilização e análise prévia dos dados, especialmente quanto à monopolização do comércio de produtos agrícolas, em particular os alimentícios. Sem contar com as limitações de meu próprio desenvolvimento teórico e de meu conhecimento das realidades da agricultura brasileira. Só posso tentar oferecer alguns rumos para estudos posteriores.

Os três princípios organizativos que adoto aqui para analisar a agricultura brasileira são: a) caráter subordinado; b) objetivo

comercial ou mercantil e c) monopólio. Os três, evidentemente, articulam-se e se apoiam mutuamente; separei-os, em parte, para distingui-los de outros princípios ou elementos relevantes da organização social, como a regulamentação excessiva ou a independência, o predomínio do cultural ou do produtivo, a equiparação ou a concorrência.

a) Caráter subordinado

Tanto o Brasil quanto sua agricultura estiveram, tradicionalmente, subordinados. Celso Furtado (1959, p. 13, 15) nos diz: "A ocupação econômica das terras americanas foi um episódio da expansão comercial da Europa. A América converteu-se em parte integrante da economia reprodutora europeia". E Caio Prado Júnior nos conduz pela história do Brasil:

> Se buscarmos a essência de nosso desenvolvimento, veremos que nos formamos para fornecer ao comércio europeu açúcar, fumo, alguns outros produtos, depois ouro e diamantes, posteriormente algodão e depois café. Nada mais. Com esse objetivo (...) tinham que se organizar a sociedade e a economia brasileiras. Tudo ocorreu neste sentido: a estrutura social, tanto quanto as atividades do país (...) Esse começo (...) perdurou até nossa época colonial; (...) em que estamos começando a nos libertar desse longo passado colonial (Prado, 1962, p. 23).

Quando, neste século [20], ascenderam ao poder a indústria e o comércio, no Sul, esses setores passaram a compartilhar, mas ainda não a substituir, a determinação da produção agrícola, da vida e do destino do Brasil.

No próprio setor agrícola tem predominância o mesmo princípio da subordinação. Os cultivos para venda e a agricultura para exportação dominam e determinam completamente as atividades do setor de subsistência, essencialmente residual. Foi assim em épocas passadas; Furtado (1959, p. 79) apresenta a redução do Nordeste a

uma economia de subsistência relativa como resultado da redução do valor de suas exportações de açúcar durante o século 18.

O mesmo continua ocorrendo, como Caio Prado (1960, p. 201, 205) e Geiger (1956, p. 81) observam quando examinam o oscilante destino da agricultura comercial e seus efeitos sobre o setor de subsistência.

b) Objetivo comercial

Caio Prado (1960, p. 199) é muito explícito quanto à influência dominante do comércio sobre a agricultura brasileira: "A colonização do Brasil (...) foi sempre, desde o princípio, e em essência continua sendo hoje, uma empresa mercantil". Essa avaliação é amplamente confirmada por dois geógrafos, cujo recente "estudo rural" do Estado do Rio de Janeiro, além de ser um ensaio de geografia econômica, vem a ser uma análise da agricultura mercantil de forma que às vezes não parece ser comercial (Geiger, 1956). Até a agricultura de subsistência e as relações de produção "feudais" são fundamentalmente determinadas pelo comércio, embora os estudos anteriores raras vezes se refiram explicitamente a esse problema.

c) Monopólio

Tudo o que se refere à agricultura brasileira está muito monopolizado. É um lugar comum dizer que a terra, principal fator da produção agrícola, está concentrada em poucas mãos. Mas o Quadro 2 sugere que o grau de concentração e controle da propriedade é consideravelmente maior do que comumente se acredita e aparece na costumeira apresentação das estatísticas relacionadas à posse da terra. Convencionalmente, a concentração da propriedade é mostrada comparando-se o número de estabelecimentos ou de proprietários agrícolas com o número da superfície que possuem, o que o Quadro 2 apresenta nas colunas 1 e 2. Esse procedimento

indica que 51%, cerca da metade dos estabelecimentos ou proprietários (coluna 1), possui 3% da terra (coluna 2), enquanto a outra metade possui os 97% restantes e que, entre estes últimos, 1,6% do total possui 51% da terra. Essas cifras, com as reservas feitas abaixo, são bastante exatas para aquilo a que se propõem: mostrar a distribuição da terra entre a parte da população rural que a possui. Mas essa forma de apresentação deixa de fora a parte mais numerosa e produtivamente importante da população rural: os 62% que dependem da agricultura e cultivam a terra, mas que não a possuem: os trabalhadores rurais.

Como primeiro passo para refletir com mais exatidão a verdadeira concentração da posse da terra, acrescentei ao Quadro 2 uma terceira coluna, de "população", ou famílias rurais. Esse procedimento permite comparar a distribuição da propriedade da terra não apenas com a distribuição entre os proprietários, mas também com população trabalhadora que depende da agricultura, tenha ou não terra, e que é muito mais significativa. O Quadro 2 pretende distinguir também as famílias e trabalhadores rurais que possuem uma quantidade de terra bastante grande ou viável para se viver dela, daqueles cujas propriedades são pequenas demais ou não viáveis para se viver delas sem buscar rendimentos adicionais, geralmente vendendo sua força de trabalho àqueles que possuem muita terra. Esses "aparentes proprietários" de terra não viável, como os denomina Engels, pertencem, na realidade, à classe dos trabalhadores rurais sem posses, porque no sistema capitalista ambos dependem, mesmo para sobreviver, do trabalho que lhes proporcionam os grandes possuidores de capital, inclusive terra.

Em 1950, os não possuidores e os aparentes possuidores constituíam, juntos, 81% das famílias rurais e da força de trabalho do Brasil.

A adição da categoria da população agrícola à coluna 3 e sua divisão em economicamente viável e não viável permite ver com mais clareza a estrutura da posse da terra e revela que o verdadeiro

Quadro 2 – Concentração monopolista da propriedade agrícola no Brasil, 1950 (milhares)[5]

Categoria de dependentes da agricultura	1 Estabelecimentos		2 Terra		3 População	
	Nº de proprietários	% do total	Nº de habitantes	% do total	Nº de famílias	% do total
Economicamente viável	**1.009**	**49**	**224.242**	**97**	**1.009**	**19**
Possuidores de mais de 1.000 ha	33	1,6	112.102	51	33	0,6
Possuidores de mais de 20 ha	976	47	106.140	46	976	18
Economicamente não viável	**1.056**	**51**	**7.949**	**3**	**4.397**	**81**
Possuidores de menos de 20 ha	1.056	51	7.949	3	1.056	19
Não possuidores	0	0	0	0	3.341	62
Totais	**2.065**	**100**	**232.211**	**100**	**5.406**	**100**

[5] Fonte: Colunas 1 e 2, IBGE, VI Recenseamento do Brasil, Censo Agrícola (1950), vol. 2 pp. 2-3. Coluna 3, IBGE, Censo Demográfico (1950).
Devido à falta de dados adequados, estimou-se a decomposição em classes das famílias da coluna 3 aplicando-se a porcentagem de decomposição dos estabelecimentos agrícolas da coluna 1. Esse procedimento supõe uma família por cabeça de família recenseada e que cada família possuidora de terras ou seu cabeça possui um estabelecimento agrícola recenseado. Essa pressuposição e suas implicações são discutidas no texto. Todas as porcentagens foram consideradas.
Os dados referem-se a todos os estabelecimentos agrícolas e suas terras. O censo indica também as terras "possuídas", "ocupadas" e "possuídas e ocupadas", que, em conjunto, representam 1.856.288 estabelecimentos, do total de 2.064.642 e 214.153.913 hectares de terra cultivável do total de 232.211.106 hectares. A diferença entre as duas categorias consiste, quase completamente, em terras de propriedade do Estado. O uso da categoria mais restritiva, que exclui as terras do Estado e se limita às terras de propriedade privada, não alteraria virtualmente a decomposição das porcentagens; portanto, preferi usar os dados mais simples e convencionais do Quadro. Do mesmo modo, o censo usa duas categorias – "população rural" e "pessoas dependentes da

grau de concentração monopolista é muito maior do que parece ser na forma convencional de apresentação. Agora não é 1,6% (coluna 1) mas apenas 0,6% (coluna 3) que possui 51% da terra cultivável. Não a metade, mas apenas a quinta parte (incluindo-se os mencionados 0,6%) como indica a coluna 3, possui 97% da terra. E não é a metade, e sim 81%, pouco mais de quatro quintos da população dependente da agricultura, que possui apenas 3% da terra cultivável. Os 5.405.224 cabeças de família, ou famílias, correspondem às 29.621.089 pessoas dependentes da agricultura, das quais 9.966.965 ocupam-se em atividades agrícolas, sendo as demais suas dependentes. Dito de outro modo, no Brasil, em 1950, de uma força de trabalho agrícola de quase 10 milhões, mais de 8 milhões, com seus 16 milhões de dependentes, tinham de viver do trabalho que lhes proporcionavam um milhão de latifundiários, dos quais 33.000 e seus familiares, cerca da metade do 1%, possuíam mais de 50% da terra.

O miniproprietário de uma quantidade de terra não viável ou de má qualidade (as duas coisas costumam andar juntas, porque as terras dos proprietários menores são, também, as piores) depende diretamente, quase tanto quanto o trabalhador sem terra, dos proprietários maiores que ele, razão pela qual não está menos submetido à exploração monopolista. Além do mais, sua propriedade é instável; podendo ser substituído por outro pequeno proprietário

agricultura" –, mas como seus totais diferem tão pouco que a decomposição das porcentagens vem a ser quase idêntica, preferi usar a categoria "pessoas dependentes da agricultura" que aparece no Censo Agrícola, Tabela 22, linha 7, como se se referisse também à população agrícola. As "pessoas ativas" ou ocupadas na agricultura aparecem na Tabela 29, linha 1. Combinando este total de 9.966.965 pessoas ativas na agricultura e as 29.621.089 pessoas que dependem da atividade, ambas as cifras do Censo Agrícola, com o total de 5.405.224 cabeças de família dado pelo Censo Demográfico, encontramos uma média de 6 pessoas por família, das que o censo define duas como trabalhadores.

semelhante a ele, antes que a parcela tenha sido registrada no censo seguinte. Enfim, suas condições de vida aproximam-se, sendo às vezes até piores que as dos diaristas rurais sem terra. A estabilidade ou segurança da posse da terra é, aqui, provavelmente decisiva. Se a propriedade ou domínio da terra é permanente, o camponês indígena da Guatemala ou do Peru, pelo menos, distingue-se em todos os sentidos de seu igual assalariado. Tal segurança da posse, no entanto, só se obtém, em geral, por meio de uma ação comunitária que apenas outorga direitos de uso ou de servidão, mas não de propriedade, aos indivíduos, o que, se bem reconhece a propriedade, restringe a venda da terra (Wolf, 1955).

O exposto acima explicita o problema de onde traçar a divisa entre as propriedades "viáveis" e as "não viáveis". Um tanto arbitrariamente, defini aqui 20 hectares por família, em parte, confesso, porque o uso de números redondos facilita. A verdadeira divisão entre "viável" e "não viável" varia com a terra, o cultivo, os métodos agrícolas e outras circunstâncias, devendo ser estipulado, talvez, um número menor de hectares. De outra parte, o plano trienal brasileiro diz que "as possibilidades são muito limitadas não apenas em áreas de menos de 10 hectares"; "para obter resultados mais ou menos satisfatórios em rendimento e produtividade" são necessários 50 hectares (*Plano Trienal*, 1962, p. 141). Mas, nas condições do Brasil de hoje, as fazendas de 50 hectares importam, mais do que exportam, mão de obra!

Nem mesmo o Quadro 2 expõe toda a concentração monopolista da terra. Como de costume, dada a falta de estatísticas adequadas, equipara à categoria do censo de fazendas possuídas ou ocupadas ou ambas as coisas (mas não alugadas), uma fazenda por proprietário e família. Mas alguns proprietários não são indivíduos ou famílias, mas, sim, corporações ou outros grupos. E, o que é mais importante, certos proprietários possuem muitas vezes várias fazendas. Não estão disponíveis estatísticas gerais confiáveis quanto

a isso; mas Geiger (1956, p. 49-68), em seu cuidadoso estudo sobre o Estado do Rio de Janeiro, refere-se à frequência da propriedade múltipla e cita vários casos de proprietários de três ou mais grandes fazendas, muitos deles capitalistas que residem nas cidades. Assim, 11% das propriedades naquele Estado, representando 30% das terras cultiváveis, estão a cargo de administradores. Os engenhos de açúcar, que, pela lei, não podem cultivar em suas terras mais do que 30% da cana que moem, possuem fazendas com testas de ferro, para escapar ao limite legal. Outros proprietários registram suas fazendas em nome de algum membro da família, o que invalida o índice de propriedade de uma família. Acresce que, como nas grandes propriedades estão as melhores terras e nas pequenas, as piores, a concentração da terra não indica toda a concentração de valores. Enquanto a pauta de propriedades múltiplas do Estado do Rio de Janeiro for compartilhada por outros, a monopolização real da terra, evidentemente, é muito mais alta do que as estatísticas indicam.[6]

A concentração monopolista não se limita, na agricultura, à terra. Todo o capital está concentrado. Costa Pinto (1948, p. 184) calculou que, em 1940, 78% do valor das fazendas correspondia à terra. E os dados do censo sugerem que outros capitais estão ainda mais concentrados.

O transporte, a distribuição comercial e o financiamento da produção agrícola também estão monopolizados, especialmente nos cultivos para venda e exportação. E, além disso, esses monopólios são predominantemente estrangeiros. Das dez maiores empresas cafeeiras, que exportam 40% da colheita, oito são estrangeiras, sete delas estadunidenses (Vinhas, 1962, p. 64). Cinquenta por cento do algodão que o Brasil exportou em 1960

---

6 Dados que confirmam a propriedade múltipla em outros Estados podem ser encontrados no estudo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola.

corresponde a duas empresas dos Estados Unidos: Anderson and Clayton, o monopólio mundial do algodão, e SANBRA (Vinhas, 1962, p. 64). Segundo o deputado brasileiro Jacob Frantz (1963), essas mesmas duas empresas, em 1961, receberam 54 bilhões de cruzeiros de um total de 114 bilhões que o Banco do Brasil emprestou para investimento em todas as atividades agropecuárias combinadas. Na indústria processadora de carne, 12 a 15% dos animais abatidos no Brasil e, ao mesmo tempo, 80% dos abatidos e processados nos grandes matadouros modernos que abastecem principalmente os grandes mercados urbanos e de exportação, corresponderam a quatro empresas estrangeiras: as três famosas companhias de Chicago, Swift, Armour e Wilson, além da Anglo (*Conjuntura Econômica*, 1962, p. 50). O açúcar está a cargo do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), órgão público que supostamente serve à nação, mas que é controlado, na realidade (como acontece no mundo capitalista), pelos próprios produtores de açúcar, que se beneficiam, portanto, da proteção do Estado e do benefício dos preços, assim como seus colegas do Instituto Brasileiro do Café.

Há menos dados sobre a monopolização do transporte, do comércio e do financiamento no que se refere a outros cultivos, principalmente os de amplo consumo. Mas o diário conservador *Folha de S. Paulo* (1963) declara que os produtores e consumidores de produtos agrícolas estão submetidos a uma rede de monopólios e especuladores que duplicam e triplicam os preços. O também conservador *Correio da Manhã* (1963) informa sobre produtos do Estado do Rio de Janeiro que foram vendidos na cidade com um sobrepreço de 1.500%. E Geiger (1956) confirma em todo o seu estudo o quanto é geral essa monopolização dos produtos do campo.

O monopólio é, portanto, ubíquo na agricultura brasileira; além disso, uma concentração reforça a outra. Por meio das relações comerciais e de outra natureza, o monopólio determina a subor-

dinação e permite a exploração, as quais, por sua vez, produzem desenvolvimento e subdesenvolvimento. A combinação de tudo isso provoca, no Brasil, a crise de sua agricultura.

3. A determinação da produção, organização e bem-estar na agricultura

A determinação da produção, a organização e o bem-estar na agricultura podem ser divididos, para melhor compreensão, nos seguintes temas: a) agricultura comercial em grande escala; b) agricultura residual, incluindo, principalmente, a produção para subsistência e a produção em pequena escala; c) subprodução e não produção de certos bens, combinadas com a superprodução de outros; d) organização da produção no campo, por meio das variadas relações proprietário-trabalhador e e) contradições do bem-estar no setor agrícola e na economia em geral.

a. Agricultura comercial

Argumenta-se frequentemente que o comércio de produtos agrícolas é, necessariamente, menos importante que sua produção; que se trata de uma questão de dispor deles depois de que sua produção tenha sido determinada por outras considerações (isto é, as produtivas e as "internas"), determinadas ou "limitadas", por sua vez, pelas relações de produção "feudais" ou "pré-capitalistas" entre o proprietário e o trabalhador. Está claro que a tese desse estudo é que, ao contrário, a determinação comercial predomina. Toda a iniciativa e o capital da produção comercial em grande escala procederam, originalmente, de interesses comerciais de além-mar. Com o desenvolvimento de um mercado relativamente independente e dos interesses comerciais brasileiros, estes últimos vieram a desempenhar um papel na determinação da produção agrícola, mas tal participação não alterou fundamentalmente a agricultura.

Os interesses comerciais foram e são a fonte do capital e do crédito investidos na produção agrícola comercial. Um exemplo precoce disso é o desenvolvimento da pecuária para abastecer o setor mineiro de ouro e diamantes, outrora hegemônico e até certo ponto, ainda antes, os produtores de açúcar. Na medida em que o comércio com a metrópole ultramarina continuava e em que se desenvolvia uma nova metrópole brasileira, a determinação comercial da produção agrícola em grande escala persistiu. Isso não significa, claro, que a fonte produtiva desse capital precisa estar fora da agricultura. Apenas significa que seu controle primário está em mãos de pessoas para as quais as considerações comerciais são predominantes. Do mesmo modo, quando, recentemente, os preços agrícolas subiram mais que os industriais, isso também não significa que o capital se transfere do setor não agrícola para a produção agrícola, ou mesmo para o consumo de produtos agrícolas. Em primeiro lugar, os preços dos bens agrícolas refletem as considerações da produção muito menos do que as comerciais, precisamente devido ao alto grau de monopolização da economia. A maior parte do preço dos bens agrícolas fica, portanto, principalmente em mãos do setor comercial. E mesmo a parte que vai para os "agricultores" não flui necessariamente para seus gastos de produção, ou mesmo para seu consumo, porque há a questão de até que ponto esses proprietários são, principalmente, produtores ou comerciantes. Os plantadores de cacau da Bahia distinguem-se por serem muito mais homens de negócios do que agricultores e por estarem mais atentos às cotações da bolsa do que à sua lista de despesas (Prado, 1960, p. 203). Segundo Geiger (1956), parece que quase todos os proprietários, grandes ou pequenos, no Estado do Rio de Janeiro são, antes de mais nada, homens de negócio e especuladores. O mesmo acontece, sem dúvida, em outros Estados, em muito maior grau do que se pensa.

Para maior esclarecimento, devemos levar em conta a produção daqueles que arrendam grandes extensões de terra para

produzir por contrato bens agrícolas comerciais, como o arroz, no Rio Grande do Sul. Além disso, Geiger (1956, p. 72-74, 81-85) informa que os proprietários de terra são, ao mesmo tempo, os negociantes e os financiadores dos produtos de seus arrendatários, assim como as firmas processadoras e outras empresas comerciais o são de seus abastecedores de gêneros de primeira necessidade. Enfim, Vinhas de Queiroz relata, em seu estudo preliminar, que – de 50 dos 800 grupos econômicos (10.000 empresas) que seu instituto está estudando – 35% dos grupos brasileiros e 70% dos estrangeiros possuem algum tipo de empresa agrícola, enquanto 30 e 40%, respectivamente, também são donos de empresas de armazenamento ou de distribuição, "o que indica que, entre suas atividades principais ou secundárias, pode estar o comércio de produtos agrícolas" (Vinhas de Queiroz, 1962, p. 10). A principal descoberta de Vinhas é o alto grau de monopolização da economia brasileira, incluindo-se aí a produção e a distribuição de produtos agrícolas.

O peso e a determinação do comércio na agricultura aparece, também, na relação entre o emprego e os lucros em toda a economia. O Quadro 3 mostra que o rendimento da indústria corresponde a duas vezes a porcentagem do emprego total, tanto no Brasil em geral, quanto no Nordeste em particular. Na agricultura, a porcentagem de rendimentos é, claro, mais baixa do que a do emprego. Mas as pessoas empregadas no setor terciário ganham duas vezes sua parte proporcional da renda nacional e três vezes no Nordeste agrícola "feudal". Como a maior parte dessa renda procede das finanças e do comércio, e como muitos dos "agricultores" do setor primário são, na realidade, gente do comércio, pode-se ter uma ideia do peso e da influência que as questões comerciais devem ter na agricultura. Claro que a produção agrícola comercial é muito sensível às mudanças da oferta de créditos e à demanda de produtos do setor financeiro e comercial.

Só assim é possível compreender as principais variações de cultivos e regiões que ocorreram na agricultura brasileira ao longo do tempo. (Furtado, 1959; Prado, 1960, 1962 etc.)

Quadro 3 – Distribuição do emprego e da renda por setores (%)

	Setor primário (Agricultura)		Setor secundário (Manufatura e indústria)		Setor terciário (Serviços, finanças, comércio)	
	População empregada	Renda	População empregada	Renda	População empregada	Renda
Brasil	66	33	11	20	23	47
Nordeste	78	42	6	12	15	46

Fonte: *Desenvolvimento & Conjuntura* (1957/7, p. 52)

Segundo o Instituto Brasileiro do Café (1962, p. 5), o café proporciona 5,5% da renda nacional brasileira e, se acrescentarmos o transporte do produto, sua comercialização e exportação, chega a "cerca de 10%". Mas mesmo os 5,5% incluem bem mais do que os custos de produção, porque o "café" vem a ser pouca "agricultura", relativamente, e muito comércio. Do mesmo modo, Schattan, em seus diversos trabalhos sobre o algodão, o trigo e a agricultura de São Paulo (principalmente o de 1961), Paixão (1950), Singer, em seu estudo recente (1963), Rangel (1961), Geiger (1956) e outros analisam a reação às variáveis questões comerciais com relação à expansão de certos plantios em determinadas áreas e suas contradições.

Argumentou-se que, apesar de tudo isso, a agricultura comercial é bastante sensível às mudanças da demanda e à necessidade

de produtos agrícolas, principalmente porque o abastecimento de alimentos para as cidades é insuficiente, o que eleva seu preço. Mas, embora a escassez possa indicar insensibilidade às necessidades sociais, não deve ser interpretada como resultado da insensibilidade da empresa agrícola à demanda comercial efetiva. Longe disso, tal escassez constitui, precisamente, uma prova da resposta da agricultura ao alto grau de monopolização da produção e da distribuição. Qualquer texto econômico elementar, marxista ou ocidental neoclássico, ensina que a consequência econômica do monopólio é o aumento dos preços e a queda da produção.

b. Agricultura residual

Embora a agricultura de subsistência e de pequena escala possam parecer, por definição, não "comerciais", são determinadas pelo comércio, porque são resíduos da agricultura comercial. São resíduos em todos os aspectos imagináveis: na terra, nas finanças, no trabalho, na distribuição, na renda, enfim, em tudo. A agricultura residual e a comercial são como as duas partes de uma ampulheta. A conexão entre elas pode parecer pequena, mas os recursos fluem de uma para outra a cada volta de nosso relógio econômico. O que determina esse fluxo dos recursos? Certamente, não a situação variável do setor de subsistência, pelo menos, evidentemente, no Brasil. (A reforma agrária da Bolívia, de certa forma, transformou o setor de subsistência, pelo menos em parte, em setor primário.) As pressões determinantes procedem, seja do setor comercial e de sua situação sempre em transformação, seja da economia nacional e internacional em seu conjunto, seja de ambos ao mesmo tempo.

A natureza residual e a determinação comercial da pequena agricultura e da agricultura de subsistência manifestam-se de muitas maneiras. Caio Prado (1960) indica que a ponta de lança de todo o desenvolvimento da agricultura brasileira sempre foi a agricultura comercial em grande escala. Só à sombra desta ou em seu caminho,

sem dúvida, e em terras já esgotadas, este desenvolvimento abriu um espaço marginal e subsidiário à pequena agricultura e à agricultura de subsistência. Prado afirma, além disso, que, quando os bons tempos da agricultura comercial decaem, como ocorreu na década de 1930, o fato acarreta um período de "bonança" para a agricultura de subsistência. Por exemplo, durante aquela década, a tendência à concentração da terra cessou temporariamente, na medida em que os grandes proprietários vendiam suas glebas para aumentar seu capital líquido. Em tais circunstâncias, os arrendatários estão em melhor posição para fazer com que suas demandas de terra sejam atendidas, assim como de permissão para cultivos de subsistência, caso em que o setor "não comercial" cresce, em termos gerais. Mas, quando aumenta a demanda por um ou mais cultivos comerciais, os pequenos proprietários veem-se oprimidos e obrigados a vender, e os arrendatários dão-se conta, como disse em uma conferência Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, que os canaviais invadem até suas casas, para não falar de suas parcelas de cultivos de subsistência.

O que Caio Prado (1960) e Schattan (1961, p. 87) analisam em nível regional é confirmado por Geiger (1956) com relação a certas fazendas em determinados momentos, como a decadência da produção de cereais frente à demanda crescente de outros cultivos comerciais (72, 129). Além disso, os plantios não comerciais reduzem-se por falta de financiamento (81-84), já que os arrendatários e até os pequenos agricultores dependem dos proprietários-comerciantes, primeiro, para obter semente e capital de giro em geral, a fim de produzir, e, depois, para conseguir transporte, armazenamento etc., para levar a produção ao mercado (74-76). Por último, os proprietários restringem e, portanto, determinam, na verdade, a escolha de seus arrendatários quanto a culturas permanentes, plantios esterilizantes, gado e animais, uso de terras já esgotadas, rotação de cultivos, oportunidade das atividades agrícolas

– tudo, enfim –, de acordo com seus próprios interesses econômicos comerciais (80-81).

A relação de ampulheta entre a agricultura residual e a comercial tem, assim, um efeito ou função adicional que talvez não tenha sido bem compreendida: segurança. A relação mútua pode ser vista, por exemplo, como um vasto sistema de garantia para os latifundiários, para a agricultura e para a economia em seu conjunto. O setor de subsistência, precisamente por ser residual quanto à produção e lucros, atua como amortizador, que isola, protege e estabiliza parcialmente toda a economia agrícola, ajudando assim a estabilizar também a economia nacional e internacional; tudo, é claro, em benefício daqueles (inclusive os latifundiários) que obtêm suas rendas do comércio e em prejuízo do agricultor de subsistência, que não compartilha as vantagens, mas paga os pratos quebrados do custo desse sistema. Longe de ser um obstáculo para a economia nacional e internacional, portanto, o setor de subsistência, como as molas ou o contrapeso na parte traseira de um carro, é o que a mantém em marcha: impede que o sistema desmonte ao percorrer seu escabroso caminho econômico, conscientemente criado. Assim, pois, a agricultura "não comercial", a agricultura de subsistência, é determinada pelo comércio por meio do controle monopolista da terra e de outros recursos e instituições econômicas.

c. Subprodução/superprodução

Neste item incluo também a não produção, a falta e o excesso de financiamento e de distribuição etc. Por "superprodução" não quero dizer demasiada produção apenas, mas, também, excesso de financiamento, de distribuição etc., de um artigo em relação a outros. "Subprodução/superprodução" é, portanto, a contrapartida agrícola do desenvolvimento/subdesenvolvimento nos níveis nacional e internacional, sendo também o resultado necessário do capitalismo comercial e monopolista predominante. De modo se-

melhante, a subprodução e a superprodução não podem se separar uma da outra na estrutura econômica atual. Isso não desmente a importância crucial da concentração da propriedade e do controle da terra para o fenômeno de que estamos tratando. Apenas é necessário situá-lo em seu contexto e em perspectiva.

A monopolização da terra e de outros recursos acarreta necessariamente a exploração dos recursos não monopolizados –, ou seja, o trabalho –, e a subutilização de todos os recursos. Por exemplo, um dos principais objetivos do latifúndio, tanto no plano individual quanto no social, não é usar a terra, mas impedir que outros a utilizem. Esses outros a quem se nega o acesso ao recurso primário ficam necessariamente sob o domínio dos poucos que o controlam. E, consequentemente, são explorados de todos os modos concebíveis, especialmente por meio dos baixos salários. Portanto, a concentração monopolista da posse da terra significa no mercado de trabalho um monopsônio que mantém baixos os salários e os custos de produção, não apenas na agricultura, mas também na indústria, e não apenas na economia capitalista nacional, mas também na internacional.

Da monopolização da propriedade da terra resulta o emprego desta no interesse do latifundiário, que, por sua vez, tem de enfrentar, e geralmente enfrenta, um monopólio comercial. Assim, paradoxalmente, forma-se uma cadeia inteira de engarrafamentos monopolistas/monopsonistas e oligopolistas/oligopsonistas no trajeto do produtor humilde ao consumidor humilde de produtos agrícolas, que frequentemente são as mesmas pessoas humildes e duplamente exploradas. Essa cadeia de monopólios, para empregar as palavras de Inácio Rangel (1961; III), "organiza metodicamente a escassez" e, portanto, "impõe preços extorsivos ao consumidor", sem falar no poder salarial ou de compra do produtor comparativamente baixo. Os grandes proprietários de terra "respondem" bem demais a essas pressões do mercado. Dedicam a terra boa a

pastagens, por exemplo, com o que obrigam seus arrendatários a um típico movimento de "reclusão", tanto quando os preços de outros produtos agrícolas baixam, como quando os preços da carne sobem. A carne chega aos consumidores de renda relativamente alta, enquanto os de baixa renda são deixados sem um artigo de primeira necessidade. Além disso, o latifundiário goza de outras vantagens (Geiger, 1956, p. 122). Para ele é relativamente fácil obter créditos para criar gado (segundo Geiger, virtualmente toda cabeça de gado do Estado do Rio de Janeiro está hipotecada), além do fato de que a pecuária melhora a terra porque a deixa descansar. As provas são abundantes (Geiger, 1956, p. 58-59, 120-122; Schattan, 1961, p. 94 etc.) e o Instituto Brasileiro do Café (1962, p. 44), ao recomendar que o governo financie outras produções nas terras em que quer erradicar o café, adverte que não será necessário financiar a formação em pastagens, porque os fazendeiros, seja como for, já fazem isso.

A não utilização e a subutilização têm também outras fontes. Os proprietários querem possuir terra para um possível uso futuro, e para, entrementes, arrendá-las. "Usam" e compram terra porque esta é uma excelente proteção contra a inflação, talvez a melhor. Assim, nos Estados do Espírito Santo e do Paraná, o valor da terra aumentou mais rapidamente do que o dos artigos em geral (Geiger, 1956, p. 63). A terra bem situada serve também para outros fins especulativos e frequentemente é mantida para uma posterior subdivisão, como futura fonte de madeira (54, 179-190), para obter vantagens fiscais (*Folha de S. Paulo*, 1963) etc. E mais uma vez a terra é conservada com fins especulativos: deixar que o gado paste ou engorde nela contribui para os lucros do dono, evitando gastos e problemas. O que explica o fato de que, na periferia do Rio de Janeiro, predomina a mesma média de três ou cinco cabeças por hectare de muitas léguas além (Geiger, 1956, p. 121).

A estrutura monopolista da economia tem também outros efeitos, ou, para dizê-lo ao contrário, outros fenômenos amplamente conhecidos também podem ser explicados pelo comércio monopolista, sem necessidade de se inventar o "feudalismo". Trinta e dois por cento dos municípios do Nordeste e 19% dos do Sul (28% de todos os municípios brasileiros) não recebem créditos agrícolas, enquanto 39 e 51%, respectivamente, apenas recebem créditos não bancários (isto é, comerciais e "outros") para a agricultura (Comissão Nacional, 1955, p. 85-94). Outros estudos mencionam a inexistência de créditos para pequenos produtores e, naturalmente, para plantios não lucrativos comercialmente. Em troca, a venda e a distribuição monopolizadas e, portanto, lucrativas, dispõem de uma relativa abundância de empréstimos, assim como, também, é óbvio, a indústria monopolizada e os cartéis estrangeiros supermonopolistas. Particularmente, os plantios de alimentos não recebem crédito algum, enquanto este flui generosamente para as culturas industriais (matérias-primas) e de exportação. Esses produtos são armazenados depois, porque a indústria monopolizada não pode absorvê-los, o que cria novas oportunidades de especulação com os estoques acumulados. Ou, na linguagem mais cautelosa (mas com mais dados ilustrativos) do Plano Trienal: "Entre 1952 e 1960, a área cafeeira aumentou em 1.600.000 hectares (57%), enquanto a área total cultivada cresceu 38%, e a de alimentos, 43%". No Quadro LII, anexo ao plano, no entanto, vê-se que o aumento da produção, sem relação com a área cultivada, foi de 150% para o café, e de 60% para os alimentos. "Como não era possível colocar toda a colheita de café no mercado internacional, a produtividade social dos fatores de produção aplicáveis ao setor cafeeiro foi muito baixa, o que obrigou o governo federal a acumular grandes estoques sem nenhuma perspectiva de venda em curto prazo" (Plano Trienal, 1962, p. 134-135).

A norma não se limita ao café. O plano mostra que todos os aumentos de produtividade de mais de 5% (exceto a batata, que

aumentou 15%), ocorreram em plantios industriais: café, 87%; amendoim, 33%; algodão, 15% (o mercado mundial do algodão estava especialmente deprimido naquele período); açúcar, 9%; semente de mamona, 57%. Ao mesmo tempo, houve rendimentos estáveis, entre aumento de 1% e redução de 3%, com milho, arroz, feijão e banana, ao mesmo tempo em que o trigo caía 20%. O alimento principal da população brasileira, a mandioca, que quase nunca é cultivada em larga escala, por falta de financiamento, registrou uma alteração de produtividade igual a zero (*Plano Trienal*, 1962, p. 139).

As oportunidades de maiores ganhos especulativos oferecidas pelo comércio e pela indústria agem como bombas de sucção, retirando recursos da produção agrícola, carente de capital, especialmente a produção de consumo geral, do mesmo modo que as regiões e os países subdesenvolvidos, aumentando assim ainda mais a desigualdade e, por sua vez, o fluxo de recursos – tanto humanos quanto econômicos – para canais socialmente indesejáveis. A causa não é o "feudalismo" ou o "pré-capitalismo", mas o próprio capitalismo. E os problemas da produção e da renda agrícolas, entregues a seu livre curso, vão piorar, longe de melhorar (Schattan, 1961, p. 89). No caso do desenvolvimento/subdesenvolvimento, a perspectiva é a mesma.

d. Organização da produção no campo

Ninguém põe em dúvida que as relações proprietário/trabalhador sejam determinadas na agricultura pela concentração da posse da terra. Mas, como vimos, frequentemente propõem outras considerações para explicar tanto suas causas quanto seus efeitos. Argumenta-se que possuem uma lógica própria – uma lógica "feudal" – que explica sua sobrevivência e sua bem sucedida resistência às formas capitalistas mais racionais. Argumenta-se também que as diversas formas de arrendamento são, em sua essência, diferentes;

cada uma parecendo ter sua própria lógica, e que são essas "relações feudais" que determinam não apenas a organização da produção no setor "feudal", mas também a saúde econômica do setor "capitalista" e da economia em geral.

A análise, neste estudo, recusa tais interpretações. Diferentes relações proprietário/trabalhador podem ser encontradas mescladas em todo o país, em cada região, em muitas fazendas, em milhares de famílias de trabalhadores; frequentemente, mudam até de um período de cultivo para outro (Prado, 1960, p. 213; Geiger, 1956). Isso se deve por que o grau de feudalismo, ou de penetração capitalista simultânea, é diferente de um lugar para outro, de uma família para outra, ou de ano para outro?[7] Ou se deve ao fato de que as variáveis exigências da economia e da agricultura capitalistas permitem ao proprietário, ou exigem dele, diversos modos de organizar sua produção e várias formas de exploração da terra e da mão de obra? Poderíamos, em suma, perguntar em cada caso de relações proprietário/trabalhador: quanto tempo resistiriam se as condições do mercado capitalista de trabalho e de produção sofressem uma mudança que tornasse, para o proprietário da terra, vantajoso ou economicamente necessário seu abandono?

Mesmo essas perguntas sugerem que a relação proprietário/trabalhador, longe de ser o ponto de partida da cadeia determinante – ou da contradição fundamental, para usar termos marxistas –, é unicamente extensão e manifestação da estrutura e da relação econômica decisiva. Essa estrutura é o capitalismo monopolista; a relação ou seu conteúdo é a consequente exploração do trabalhador pelo fazendeiro que o expropria do fruto de seu trabalho. O que

[7] Esta explicação, logicamente derivada de uma parte da tese do "feudalismo", é incompatível com a outra parte, que defende que o feudalismo desaparece enquanto o capitalismo avança sem retrocessos.

torna possível essa relação senão, é óbvio, a posição monopolista/monopsônica do proprietário? O que determina a forma que assumirá essa relação, mantendo intacto seu conteúdo explorador, é, acima de tudo, o interesse capitalista comercial do proprietário, que não apenas explora, mas também dita a forma que a exploração vai assumir.

A monopolização da terra obriga os não possuidores, e mesmo os pequenos proprietários, a comprar acesso a esse recurso decisivo, ou a seus frutos. Não tem outro modo de fazê-lo senão vendendo seu trabalho ao próprio comprador monopolista/monopsônico. De acordo com os estudos de Costa Pinto (1948), Caio Prado (1960), Ianni (1961) e outros, tal venda de trabalho pode ser classificada como segue:

- venda de trabalho por dinheiro (diaristas);
- venda de trabalho por produtos (pagamento em espécie);
- venda de trabalho pelo uso da terra (inquilinato);
- pagamento do uso da terra com dinheiro (arrendamento);
- pagamento do uso da terra com produtos (parceria);
- pagamento do uso da terra com trabalho (trabalho forçado, não pago).

A relação proprietário/trabalhador pode apresentar, sem dúvida, várias combinações, assim como o trabalhador frequentemente deve pagar ao proprietário não apenas pelo acesso à terra, mas também pelo acesso a seu monopólio do crédito, dos meios de armazenagem, de transporte, de comercialização de mercadorias necessárias à produção ou ao consumo; em resumo, a seu monopólio de tudo. Assim, mesmo quando os parceiros podem produzir mais do que necessitam imediatamente, frequentemente veem-se forçados – por carecer de meios de armazenagem, inseticidas etc., e por ter necessidade imediata de dinheiro – a vender hoje o excesso ao latifundiário, apenas para comprar dele meses depois pelo dobro do preço (Geiger, 1956, p. 130). Se o monopólio do latifundiário

sobre esses fatores comerciais não basta por si só para forçar o parceiro a "vender-lhe" sua produção, seu monopólio da terra e seu monopsônio do trabalho, além de seu consequente poder de excluir de sua propriedade os arrendatários que "não cooperem", permite-lhe extrair até a última migalha o produto do trabalhador.

A forma assumida pela relação exploradora em um caso determinado depende, antes de mais nada, dos interesses do proprietário. E estes, por sua vez, são determinados pela economia capitalista de que aquele faz parte. Em certos casos, é relativamente fácil explicar a persistência ou a introdução de uma determinada forma de relação. As diárias e os contratos de curto prazo, por exemplo, são mais convenientes se a oferta de mão de obra é grande e segura com relação à demanda real e potencial do proprietário de terras, quando um plantio permanente é economicamente indicado, quando o proprietário, por razões de especulação, quer mudar rapidamente de um plantio para outro, quando os tempos estão bons, quando, por causa da inflação, o valor do dinheiro diminui etc. Em outras circunstâncias e lugares, como quando a oferta de mão de obra escasseia, o pagamento em espécie e várias formas de inquilinato, que prendem o trabalhador a determinado fazendeiro, são mais vantajosos para este último.

Não se deve supor que, no capitalismo, nunca ocorrem relações contratuais em que o dinheiro não aparece. Ao contrário, são frequentes, para explorar o camponês como produtor e como consumidor. Mesmo quando não fique imediatamente evidente a função para que serve determinada forma de relação proprietário/trabalhador, não devemos desistir de descobrir essa função. Nem podemos argumentar que, havendo apenas uma forma de capitalismo e vários tipos de relações proprietário/trabalhador, possamos necessitar para essas de várias explicações extracapitalistas. Evidentemente, o capitalismo admite – ou melhor, exige – diversas formas de relações, adaptáveis às diversas circunstâncias de seu desenvol-

vimento. Se, em um determinado caso, não podemos estabelecer a determinação capitalista das relações proprietário/trabalhador, nem por isso devemos adotar a estranha conclusão de que essas relações particulares e locais "determinam" de algum modo o funcionamento da economia em outras partes da estrutura capitalista. Sustentar que as relações proprietário/trabalhador dentro da fazenda determinam o que ocorre fora dela, na base do princípio marxista de que as relações ou contradições internas determinam as externas, não é outra coisa senão confundir a fazenda com a estrutura econômica.[8]

e. Contradições do bem-estar

O capitalismo, portanto, por meio dos princípios da subordinação, da comercialização e da monopolização, produz uma infinidade de contradições no que se refere ao bem-estar, isto é, produz desenvolvimento ao mesmo tempo que subdesenvolvimento. Cultivos comerciais são produzidos em demasia, especialmente os exportados, enquanto a produção de alimentos de consumo geral é insuficiente. A capitalização da agricultura aumenta ao mesmo tempo em que se fortalece a monopolização. A produção agrícola cresce, mas a de artigos comuns diminui. Se os salários sobem, os preços sobem ainda mais. Os preços das necessidades agrícolas sobem mais rapidamente do que os das mercadorias industriais, mas, mesmo assim, o capital abandona a agricultura. A renda agrícola pode aumentar (segundo Schattan, 1961, p. 88, a renda *per capita* está diminuindo). Mas a desigualdade de ingressos aumenta

---

[8] Há tempo, pareceu-me que era útil distinguir os conceitos "dentro da fazenda" e "fora da fazenda", distinção muito diferente da que faz a teoria marxista. Pensava, então, como Ignácio Rangel (1961:IV) parece pensar, que essa distinção poderia contribuir para evitar a confusão representada por chamar de "feudal" à agricultura, quando as relações "externas" são evidentemente capitalistas, enquanto as "internas" não o são. Mas hoje penso que todas as relações são afetadas fundamentalmente pela estrutura capitalista da economia, razão pela qual não posso, agora, recomendar tal distinção.

também e os mais pobres podem se tornar ainda mais pobres. O pagamento em dinheiro substitui outras formas de remuneração, mas os trabalhadores agrícolas ganham menos. São expulsos da terra e migram para as cidades, onde se transformam em residentes desempregados dos bairros de "indigentes", sendo obrigados a pagar preços mais altos para sobreviver.

Supostamente para corrigir tais aberrações, o governo intervém no processo. Mas a intervenção não faz senão reforçá-las. Os investimentos públicos produtivos e o fornecimento de tecnologia à agricultura apenas atendem aos latifundiários, não aos trabalhadores agrícolas. O crédito agrícola flui para as mãos dos que já monopolizam o comércio de produtos do campo. Os novos meios de armazenagem apenas beneficiam os que especulam com tais produtos. A acumulação estatal de excedentes e os mecanismos de fixação de preços estão submetidos aos maiores monopólios – inclusive estrangeiros – de financiamento e comércio de produtos agrícolas que o utilizam exclusivamente em seu próprio benefício burguês. A fixação de diárias mínimas para os trabalhadores agrícolas e de rendas máximas para os arrendatários, embora sejam aplicáveis e aplicadas, prejudicam os proprietários menores e mais frágeis, em benefício dos maiores e mais fortes; esses benefícios são absorvidos pelos monopólios comerciais estrategicamente situados, reduzem o número de trabalhadores contratados e aumentam o desemprego, geralmente fortalecendo a monopolização da agricultura e do campo. A intervenção do governo da burguesia, em suma, fortalece esta última, e, às vezes, também a pequena burguesia.

Com a reforma agrária capitalista-burguesa ocorre, necessariamente, o mesmo. A compra de terras pelo governo converte-se em programa de venda de áreas indesejáveis, a critério dos latifundiários locais; permite a estes transferir mais capitais da agricultura para empresas comerciais e industriais relativamente mais lucrativas; encarece ainda mais a terra, o que contribui para a especulação e

a inflação, confundindo ainda mais o problema básico da crise da agricultura, o que é, sem dúvida, um de seus principais objetivos, como ocorreu na Venezuela (Frank, 1963a). Mesmo a extensa reforma agrária mexicana, que foi precedida por dez anos de revolução burguesa – evidentemente a mais profunda da América Latina, antes da revolução cubana –, transformou-se na principal base da nova burguesia do México e de seu atual e crescente desenvolvimento/subdesenvolvimento (Frank, 1962, 1963).

A reforma burguesa, repito, reforma em benefício da burguesia, não resolve a crise da agricultura, nem o problema do subdesenvolvimento.

4. Conclusões teóricas e políticas

Esta análise exige ainda aprofundamento e extensão, para que seja elaborada uma teoria completa do desenvolvimento/subdesenvolvimento, vistos em conjunto. Meu exame sobre a suposta coexistência do feudalismo e do capitalismo põe em questão a teoria dualista, tão aceita. E como as implicações teóricas e políticas desse dualismo aparecem frequentemente em problemas que extrapolam a presente discussão, é urgente rever nossa avaliação quanto aos países subdesenvolvidos para identificar suas implicações dualistas e elaborar uma teoria dialética unitária do processo evolutivo capitalista, bem como do processo socialista. A análise do desenvolvimento histórico brasileiro, de acordo com Celso Furtado (1959) e com Caio Prado (1962), aqui esboçado sucintamente, deve ser fortalecida quanto à teoria e projetada para o presente e para o futuro, para que, entre outras coisas, possamos precisar e apreciar mais facilmente o que custa ao homem o contínuo desenvolvimento/subdesenvolvimento capitalista.

Essa análise da situação brasileira poderia ser aplicada também a outros países da América Latina e, talvez, da Ásia, bem como a alguns países da África. Pode exigir certa reformulação quanto a

países como o Peru e a Bolívia, que tiveram e conservam uma numerosa população indígena, anterior à conquista e que não foram tão exportadores de produtos agrícolas como de minérios (nos tempos da Colônia, o Peru importava alimentos e, aliás, continua importando-os hoje); ou quanto a países como a Venezuela, que recentemente abandonaram a exportação agrícola pela exportação de minérios; ou, ainda, do próprio Brasil e do México, que podem chegar a substituir a exportação agrícola pela industrial. Mas a essência da análise, uma teoria unitária do desenvolvimento/subdesenvolvimento do capitalismo monopolista, deve ser um instrumento especialmente útil para reinterpretar muito da realidade latino-americana, tal como é vista pelos pesquisadores burgueses e, igualmente, pelos marxistas.

Torna-se particularmente necessária uma análise econômica mais completa do financiamento e do comércio dos produtos agrícolas e de suas conexões com a produção agrícola, de uma parte, e do comércio e da indústria, em geral, brasileiros e estrangeiros, de outra. Essa análise poderia fortalecer nossa compreensão de como a reforma agrária daria mais vigor, em lugar de enfraquecer, o setor (ou setores) comercial/financeiro monopolista e a alta e a pequena burguesia que mantém. De modo semelhante, a análise da conexão entre a situação agrícola e o imperialismo precisa ser ampliada, além da mera descrição deste ou daquele interesse agrícola estrangeiro, para a formulação teórica de suas relações, entre si e com toda a economia capitalista.

A presente análise deveria ser relacionada, especificamente, com a análise da estrutura e da dinâmica das classes. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento, por exemplo, sugerem uma e outra classe. Combinados, refletem a relação entre as duas; sua evolução, influenciada mutuamente, traz à mente o desenvolvimento dialético das relações classistas. As relações de subordinação, monopolização e exploração entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento

econômicos assemelham-se às correspondentes relações entre as classes etc.

Para terminar, nossa análise encerra implicações políticas transcendentais, tanto à agricultura quanto à sociedade em seu conjunto. As bem conhecidas linhas reformistas que encaram separadamente o setor agrícola – ou mesmo uma parte dele – e o "setor" internacional imperialista, erram evidentemente o alvo. A análise feita aqui põe em dúvida a base teórica, não apenas da ideologia burguesa, mas também dos partidos comunistas do Brasil e de outros países da América Latina, que formulam seus programas e suas alianças com a burguesia partindo da premissa de que a revolução burguesa ainda está por ser feita. São simplesmente os interesses capitalistas dos grupos de latifundiários-mercadores, investidores e comerciantes que se ocultam sob a estratégia e a tática com que a burguesia pretende "reformar" o capitalismo. A estratégia e a tática dos camponeses e de seus aliados deve consistir em destruir e substituir o capitalismo.

5. *Post scriptum*: mais provas

Depois de escrito este ensaio, o Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) começou a publicar novos materiais que confirmam algumas de minhas interpretações, particularmente as que se referem à decisiva determinação capitalista--monopolista-comercial da agricultura brasileira. Devo agradecer a possibilidade de acesso a suas conclusões preliminares, ainda inéditas, onde o CIDA resumiu seu estudo intensivo sobre onze municípios brasileiros.

a. Monopólio da propriedade da terra

Em vários municípios, verificou-se a existência de proprietários de muitas fazendas. Por exemplo, Della Piazza (1963, p. 20) encontrou em Santarém, no Baixo Amazonas, casos de proprietários de

78, 76 e 55 fazendas, cada um. Medina (1963, p. 87) menciona, com relação a Sertãozinho, em São Paulo, 323 proprietários dos quais 40 possuem duas fazendas cada um; 12 têm 3; 3 têm 4; outros 3 têm 5; e 6 possuem de 6 a 23 propriedades cada um. Nesse município, portanto, 64 latifundiários múltiplos possuem 214 propriedades, de um total de 473. Não menciona a distribuição por tamanho. Em Jardinópolis, também em São Paulo, o mesmo autor encontrou 30 proprietários de duas fazendas cada um, 9 de 3, 2 de 4, 2 de 5; e 2 de 6, em um total de 295 proprietários. Testemunhos dispersos de outros municípios, além da evidência na obra já citada de Geiger relativa ao Estado do Rio de Janeiro, sugerem, portanto, que a concentração efetiva da posse da terra é consideravelmente maior do que indica a classificação do censo em "estabelecimentos".

O estudo do CIDA demonstra também, indiretamente, a existência do que chamei proprietários de fazendas rústicas, viáveis e não viáveis. O estudo refere-se várias vezes à prática dos pequenos proprietários de trabalhar terras dos grandes possuidores – ou mesmo de arrendar as suas próprias – para atender à subsistência de suas famílias. Os analistas do CIDA tentaram calcular o número de hectares de que se necessita para dar pleno emprego agrícola a uma família de 2 a 4 trabalhadores. O resultado foi: em Quixadá (Ceará), de 30 a 50 hectares; em Sapé (Paraíba), de 5 a 20; em Garanhuns (Pernambuco), de 5 a 20; em Camaçari (Bahia), de 7 a 15; em Itabuna (Bahia), de 10 a 30; em Matozinhos (Minas Gerais), de 20 a 30; em Itaguaí (Rio de Janeiro, de 10 a 20); em Jardinópolis (São Paulo), de 20 a 50; em Sertãozinho (São Paulo), de 15 a 40; em Santa Cruz (Rio Grande do Sul), de 10 a 30. A linha divisória de 20 hectares traçada por mim, como média para todo o Brasil, entre os conceitos afins, porém não idênticos, de famílias camponesas com propriedades viáveis e não viáveis, é talvez, mais alta; mas está, sem dúvida, dentro da ordem de grandeza correta.

Exceto em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o estudo do CIDA calcula que de dois terços a quatro quintos das famílias camponesas carecem de terra suficiente para sustentar dois trabalhadores agrícolas (comunicação pessoal).

Assim, pois, o Quadro 2 e sua explicação, mesmo com as reservas já feitas no texto, não expressam, provavelmente, toda a concentração monopolista da terra em 1950. O aumento do número de estabelecimentos dos grupos de menor e maior tamanho observado pelo censo de 1960, de cujos dados eu não dispunha ao escrever este ensaio, sugere que a concentração é hoje ainda maior.

b. Fluidez das relações proprietário/trabalhador

As conclusões do CIDA quanto às relações proprietário/trabalhador, a grande fluidez destas e a grande mobilidade dos trabalhadores, refletem a determinação fundamentalmente comercial da produção agrícola brasileira e sua distribuição. Julio Barbosa (1963, p. 14-15) oferece exemplos significativos; por exemplo, um único trabalhador que é ao mesmo tempo a) dono de sua terra e de sua casa; b) parceiro de outro proprietário; c) arrendatário da terra de um terceiro; d) trabalhador diarista durante a colheita em uma dessas terras e e) vendedor independente dos produtos de primeira necessidade produzidos em sua casa. São também significativos os proprietários de uma única fazenda, média ou grande, que Medina (1963) analisa em São Paulo, os quais possuem, ao mesmo tempo, um administrador ou mais de um, arrendatários, parceiros, diaristas permanentes, diaristas eventuais e várias outras combinações. A série de funções que determinado trabalhador desempenha varia frequentemente de uma temporada de cultivo para outra, assim como, também, o latifundiário para o qual as realiza, e as parcelas de uma ou mais fazendas em que as exerce. De modo semelhante, o proprietário modifica a combinação de suas relações com os trabalhadores e, claro, muda os trabalhadores que emprega.

Em quase todas as regiões do Brasil ocorre uma grande mobilidade de trabalhadores de uma fazenda para outra. Essa mobilidade é alta não apenas entre os diaristas contratados pela temporada, colheita ou dia, mas também entre os diversos tipos de arrendatários. Embora não se disponha de dados sistematizados, a distribuição dos períodos de parceria parece bipolar: umas poucas famílias parceiras permanecem na mesma fazenda por longos períodos, anos ou gerações; muitos parceiros, por períodos de apenas um, dois ou até cinco anos. Assim, encontrar a média dessa mobilidade, além de inútil, seria enganoso. As entrevistas realizadas em vários municípios mencionam reiteradamente a permanência da metade dos parceiros – não dos trabalhadores – da fazenda por um período médio de 2 a 3 anos. Barbosa menciona um movimento contínuo de parceiros de uma fazenda para outra, apenas limitado pela dificuldade de acesso ao transporte.

Nem mesmo a posse da terra é estável. Embora o exame dos registros de propriedade indique apenas cerca de 1% de transferências de domínio por ano, os dados das entrevistas sugerem que de um quarto à metade dos proprietários existentes obtiveram a terra mediante compra. Tanto o censo quanto as entrevistas indicam que as fazendas que mudam de dono são, principalmente, as pequenas e médias, e que as grandes aumentam de superfície mediante a aquisição de propriedades pequenas, mas raras vezes são vendidas, em parte ou totalmente.

O Brasil camponês, mesmo omitindo a migração campo/cidade, oferece, pois, um quadro de fluxo irregular contínuo, no tempo e no espaço, de trabalhadores diaristas, parceiros, proprietários, comerciantes e todas as suas possíveis combinações e relações. Obviamente, essa multiplicidade e mobilidade não se devem à influência de fatores "feudais" ou tradicionais. Devem ser atribuídos, ao contrário, às considerações comerciais que determinam as relações e a conduta de proprietários e de trabalhadores em uma estrutura

econômica, social e política muito monopolizada. Até certo ponto, proprietários e trabalhadores podem ser vistos igualmente como empresários individuais, cada um buscando atender a seus próprios interesses de curto prazo. Os proprietários expressam tanto as mudanças gerais das condições quanto sua própria sorte variável, na medida em que variam seus diversos gastos, especialmente com o trabalho e suas formas de pagamento, para se adaptar às flutuações da comercialização dessa ou daquela cultura e da disponibilidade de dinheiro, crédito, água, transporte e outros fatores. Da mesma maneira, os trabalhadores, os parceiros e até os pequenos proprietários veem-se obrigados a aproveitar as melhores oportunidades em outros lugares – ou, com mais frequência, as menores oportunidades na região em que se encontram – e a transferir, em luta contínua pela sobrevivência, o único recurso de que dispõem: seu trabalho e suas relações contratuais.

Essa mesma pressão competitiva e exploradora da estrutura monopolista alcança a todos, como mostra brutalmente o fato de que os proprietários pequenos e médios, e até os próprios parceiros, exploram outros trabalhadores quando podem; às vezes, ainda mais do que os grandes proprietários de terra e as empresas comerciais, porque sua própria posição competitiva, frágil diante dessas empresas maiores, obriga-os a explorar assim seus iguais para poder sobreviver. Se não puderem fazer nem mesmo isso, os pequenos proprietários têm de vender suas terras ou arrendá-las, junto com seu trabalho, àqueles que dispõem de suficiente capital para explorá-las. Para trabalhadores e parceiros, a fluidez da estrutura agrícola, fonte de insegurança, é também fonte de "oportunidades", se é que se pode chamar de oportunidade, ou "liberdade", ao fato de que os trabalhadores pobres e sem recursos possam ir de um explorador monopolista a outro. As diversas formas "feudais" e "pessoais" de relações e obrigações servem, no melhor dos casos, para personalizar e mascarar esse destrutivo

mundo capitalista em que todos, grandes e pequenos igualmente, devem lutar pela vida.

c. A comercialização e o crédito

O estudo do CIDA, como quase todos os que veem na posse da terra a chave de toda a estrutura da agricultura brasileira, não faz qualquer esforço sistemático para esclarecer seus setores comercial e financeiro. Mesmo assim, sua pesquisa sobre numerosos casos individuais de finanças, crédito, armazenagem, transporte, venda no atacado e no varejo etc., ajudam a confirmar minha tese de que as relações de propriedade, produção e trabalho estão intimamente integradas à estrutura comercial monopolista da agricultura e de toda a economia nacional e internacional e, em grande parte, subordinadas a ela e determinadas por ela. José Geraldo da Costa (1963, p. 19), referindo-se a Garanhuns (Pernambuco), reflete este centro de gravidade comercial ao observar, em resumo, que "a precária situação social e econômica dos pequenos produtores da área leva a refletir sobre as mudanças de que a estrutura agrária local necessita. Mas não, de modo especial ou decisivo, quanto à propriedade da terra". Essa observação não implica, claro, em defesa alguma do latifúndio, e sim na necessidade de transformar a estrutura restante (o monopólio comercial), junto com a concentração da posse da terra.

Talvez seguindo a linha 4 do crédito, na medida em que envolve a economia, se obtenha uma percepção melhor quanto à verdadeira natureza da estrutura agrária e à necessidade de sua total transformação. Já vimos que os principais beneficiários diretos do crédito "público" da carteira industrial e agrícola do Banco do Brasil são os grandes monopólios, em sua maior parte internacional e de propriedade estrangeira, como a Anderson and Clayton, a SANBRA, a American Coffee Company (propriedade da A&C), os quatro grandes da indústria processadora etc. Este crédito é análogo e, frequentemente, mera adição às evidentes dádivas que

os grandes monopólios, propriedade dos Estados Unidos em sua maior parte, recebem do programa brasileiro de manutenção dos preços e da Aliança para o Progresso do governo estadunidense. Esses monopólios dão meia-volta e emprestam por sua vez o mesmo dinheiro, a juros mais altos, claro, embolsando a diferença. Mas isso é o de menos. Mais importante é o controle efetivo que assim obtêm e mantêm sobre a oferta de produtos agrícolas nos mercados estrangeiros e nacional ao mesmo tempo. O mesmo dinheiro, em cadeias de longitudes diversas, é emprestado de novo às grandes casas comerciais e a suas subsidiárias; depois, estas emprestam-no aos atacadistas, aos varejistas, aos fornecedores, aos grandes latifundiários, aos pequenos proprietários, até chegar ao mais humilde parceiro. Se este já não está com a venda de sua produção comprometida com o latifundiário – sob ameaça de expulsão da terra –, vê-se obrigado a entregar sua colheita e sua terra (se é que possui alguma) como garantia a seu credor, para obter o empréstimo de que necessita para sobreviver.

Ao longo de toda a cadeia exploradora, o maior lucro da "agricultura" – frequentemente o único lucro direto verdadeiro – consiste nesse controle monopolista do crédito e de outras fontes de capital financeiro, unido ao correspondente controle do fornecimento de produtos agrícolas; o controle, em alguns casos, de sua exportação e venda para o mercado interno, ou de uma ou outra, e na especulação que tudo isso permite. Apenas uma parte manipulável, mas decisiva, da oferta ou da demanda (não toda) precisa ser controlada pelos monopolistas nos diversos níveis. Para a imensa maioria dos fornecedores de produtos agrícolas – os quais, afinal, não podem fazer mais do que produzir – não resta quase nada do lucro; em situação semelhante encontra-se o grosso dos potenciais consumidores.

Assim, pois, a principal vantagem do latifúndio não é permitir ao latifundiário produzir (o que este, aliás, não faz), e sim a posse de um recurso necessário que lhe permite interpor-se como comer-

ciante e financiador entre os verdadeiros produtores e os grandes monopólios financeiros e comerciais, os quais, assim que podem (e buscam fazê-lo frequentemente), prescindem dele, embolsando também a sua parte. O latifúndio não é, frequentemente, muito mais do que um meio institucional de garantir para o proprietário a oferta dos bens de que necessita para sua verdadeira atividade "econômica": a especulação. Porque a especulação (combinada com a manipulação monopolista/monopsônica da demanda e da oferta, e que conta principalmente com o capital de outros) e não a produção, é a verdadeira fonte do lucro na instável estrutura comercial monopolista que caracteriza a agricultura e, de fato, toda a economia do Brasil e do imperialismo mundial capitalista. Especulação, claro, com o fruto do trabalho de outros.

Em sua essência, essa organização comercial monopolista caracteriza todos os setores da agricultura brasileira. Por acréscimo, cada "setor separado" está intimamente unido a todos os demais por laços de família, organização incorporada, comércio e, sobretudo, poder político e finanças. O capital, a influência econômica e o poder político cruzam facilmente todas as fronteiras do latifúndio, do produto, do setor, da indústria, da região, tão facilmente quanto cruzam as fronteiras internacionais. Só existe, na realidade, um único sistema capitalista integrado. Na agricultura brasileira, repito, a estrutura de desenvolvimento/subdesenvolvimento da economia capitalista em geral opera hoje por intermédio da estrutura comercial, política e social monopolista, produzindo ali a exploração e a pobreza que todos os observadores percebem.

Para eliminar esses sintomas da agricultura brasileira, seria necessário isolá-la da estrutura de desenvolvimento/subdesenvolvimento e da exploração e pobreza geradas por essa estrutura na economia brasileira em geral, e não integrá-la a essa estrutura, como se defende com frequência. Como isso, evidentemente, é impossível (embora pudesse ocorrer, em parte, mediante uma divisão

do Brasil como a da Coreia e do Vietnã, que ainda está por vir), seria – e será, finalmente – necessário isolar a economia brasileira dessas forças subdesenvolvimentistas, por meio da destruição de sua estrutura capitalista. Ora, tentar suprimir a exploração, a pobreza e o subdesenvolvimento da agricultura mediante uma "reforma agrária" destinada a "integrar" a agricultura cada vez mais à economia capitalista monopolista, deixando esta fundamentalmente intacta em outros sentidos, é algo que, no máximo, pode apenas modificar as formas particulares que a exploração e o subdesenvolvimento da terra irão adotar. A supressão do monopólio da posse da terra – com o estabelecimento de "fazendas familiares", por exemplo – enquanto o monopólio permanecer no resto da economia, apenas servirá para fortalecer a posição dos monopólios comerciais, na medida em que elimina um de seus rivais. Apenas servirá para expor os camponeses, ainda mais diretamente, a essa exploração comercial e, se não for um passo para a completa transformação da sociedade, não fará senão privá-los, ao cabo de alguns anos, de suas terras recém adquiridas, por meio da venda ou do arrendamento forçoso delas e de seu produto, como já ocorreu no México e em outros lugares.

Só por meio da destruição da própria estrutura capitalista e da libertação do Brasil do sistema capitalista-imperialista mundial – só por meio da rápida passagem para o socialismo – será possível começar a resolver a crise e o subdesenvolvimento da agricultura brasileira, do Brasil e da América Latina.